



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 43011/2024

ITEM	ÍNDICE CONTEÚDO	PÁGINA
01	PREÂMBULO	02
02	OBJETO	02
03	PRAZO	02
04	PREÇO ESTIMADO	03
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	05
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	05
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	07
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	08
13	FORMULAÇÃO DE LANCES	09
14	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
15	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
16	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	13
17	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	14
18	RECURSOS	18
19	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	19
20	NOTA DE EMPENHO	19
21	SUBCONTRATAÇÃO	20
22	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	20
23	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	21
24	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	21
25	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	24
26	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
27	GARANTIA CONTRATUAL	26
28	ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	26
29	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	26
30	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	27
31	DISPOSIÇÕES FINAIS	27
32	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	29
33	FORO	29
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	30
I - A	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	55
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	71
III	MINUTA CONTRATUAL	82
IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA-FACULTATIVA	98
V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA	99

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

1. PREÂMBULO

1.1. **O Município de Macaé**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, com participação **EXCLUSIVA DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores.

1.2. Data da sessão: **27/03/2025**.

1.3. Horário: **10:00** horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal do Município de Macaé:
<https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas:
https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

1.5. UASG: **985847**

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação trata-se da aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando atender as necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO

3.1. Considerando a garantia dos equipamentos pelo prazo de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do instrumento contratual será de 13 (treze) meses a contar da data de assinatura.

3.2. A(s) licitante(s) vencedor(as) deverá(ão), obrigatoriamente, entregar a totalidade do material quando solicitado no Pedido/Nota de Empenho no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

3.3. O objeto da contratação será recebido no almoxarifado da Secretaria Executiva de Serviços públicos, situado na Rodovia Christino José da Silva Junior S/N - Virgem Santa - Macaé RJ, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 07h às 17h, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

3.4. Quanto ao serviço de instalação, após o recebimento do e-mail, a CONTRATADA responsável terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para realizar a retirada do(s) equipamento(s) no depósito da Secretaria Executiva de Serviços Públicos e seja dado início ao serviço de instalação, nas unidades elencadas na ordem de fornecimento obedecendo os prazos abaixo elencados.

3.5. Ficamos definidos que a entrega deve ser agendada, impreterivelmente com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, junto à Coordenação de Licitações por meio do e-mail: deservicospublicos@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 3.6. Prazo para início das instalações: Após o recebimento definitivo do bem, o fiscal emitirá uma autorização formal de instalação, que será enviada ao e-mail do responsável designado previamente pela CONTRATADA. Após o recebimento do e-mail a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para dar início à instalação.
- 3.7. O agendamento para o serviço e a realização do mesmo deverá ser comunicado com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, será efetuado de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h, supervisionado pelos fiscais de contrato, essa abordagem visa garantir o controle e a segurança do processo, permitindo que os fiscais acompanhem o serviço e verifiquem a conformidade dos aparelhos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas, facilitando assim a execução dos serviços.
- 3.8. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.

4. PREÇO ESTIMADO

- 4.1. O preço total estimado da presente licitação é **R\$ 108.465,12 (cento e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e doze centavos)**, conforme **Modelo de Proposta de Preços – ANEXO II** deste Edital.
- 4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Macaé a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:
- 5.1.1. Programa de trabalho nº 04.122.00037.2.202.000 e 17.451.0003.1.009.000
- 5.1.2. Elemento de Despesa nº 4.4.90.52 00.00.00
- 5.1.3. Código Reduzido nº.: 4337 e 4420
- 5.1.4. Fonte de Recurso: 704-1 e 721

6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

- 6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar deste pregão **exclusivamente** empresas que:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 7.1.1. Cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou Microempreendedor Individual (MEI) e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame;
- 7.1.2. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;
- 7.1.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;
- 7.1.3. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;
- 7.1.4. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- 7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e no ao seu art. 4º, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.
- 7.5. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
- 7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

7.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do **Município de Macaé**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 9.1.4.1. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente de órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município de Macaé.
- 9.1.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 9.1.10. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.
- 9.1.11. Reunidas em consórcio;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

9.1.11.1. A participação de consórcio é recomendável quando o objeto for de alta complexidade ou de grande vulto econômico, não sendo o caso da contratação aqui pretendida, e com a finalidade em aumentar a competitividade, pois a admissão de consórcio permite a união de concorrentes que poderiam participar da disputa entre si, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **subitem 10.1** será encerrada com abertura da sessão pública.

10.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf.

10.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no **subitem 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.3.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **subitem 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 15 do edital**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:
- 10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o **Termo de Referência – ANEXO I** deste edital;
- 10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;
- 10.7.3. O prazo de fornecimento dos produtos, contados do recebimento da solicitação do Município de Macaé;
- 10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.
- 10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Macaé, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.
- 10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.
- 10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).
- 11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do **Termo de Referência – ANEXO I** e do **Modelo de Proposta de Preços – ANEXO II** deste edital.
- 12.1.1. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do **ANEXO II** deste edital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.
- 12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no **Termo de Referência – ANEXO I** deste edital.
- 12.6. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e os **VALORES UNITÁRIO E TOTAL** do(s) item(ns) deverá(ão) conter até **2 (duas) casas decimais**. Caso a licitante não atenda esta condição, o pregoeiro desconsiderará os dígitos excedentes após a fase de lances.

13. FORMULAÇÃO DE LANCES

- 13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 13.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.
- 13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.
- 13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.
- 13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- 13.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 13.9. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 13.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 13.9**, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos **subitens 13.9 e 13.9.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.
- 13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos **subitens 13.9 e 13.9.1**, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 13.10. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 13.10.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
- 13.10.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 13.10.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

14. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que:

14.1.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.1.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

14.1.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

14.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.1.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.4.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.4.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos no artigo 60, II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.4.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.4.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

14.5.2. Empresas brasileiras;

14.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 15.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 15.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 15.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.
- 15.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 15.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Macaé para orientar sua decisão.
- 15.6. O pregoeiro poderá contar com o apoio técnico para conferir a compatibilidade da proposta apresentada pela licitante quanto às especificações constantes no Termo de Referência.
- 15.6.1. As propostas das empresas melhor colocadas para os itens, após a fase de lances, serão analisadas pelo solicitante ou equipe técnica presentes no momento da aceitação das mesmas. Caso não seja possível a análise das propostas durante o certame, o mesmo será suspenso até que seja avaliado todo o descritivo, pelo solicitante ou equipe técnica por ele designado.
- 15.7. As especificações técnicas definidas deverão ser igualadas ou poderão ser superadas por soluções divergentes das especificadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades da solução. Para isso, a licitante deverá encaminhar toda a documentação técnica e explicações que permitam manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.
- 15.8. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
- 15.9. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.
- 15.11. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- 15.12. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 15.13. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 15.14. Após solicitação do Pregoeiro no sistema, o licitante terá o prazo de **2 (duas) horas**, para envio de proposta realinhada, exclusivamente por meio do sistema, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o **item 15** do edital.
- 15.14.1. Caso o licitante não envie por meio do sistema eletrônico, no prazo previsto no subitem anterior, a proposta alterada após negociação de que trata o **item 15** do Edital, o Pregoeiro poderá fazer a readequação do valor da proposta.
- 15.15. Caso haja, na proposta realinhada, qualquer alteração nos descritivos dos itens por parte da licitante que venham a alterar o objeto, o pregoeiro convocará a licitante a retificar a sua proposta.

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:
- 16.1.1. Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, V, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 16.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- 16.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.
- 16.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>;
- 16.2. Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.
- 16.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, desde que sejam complementação de informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou sejam atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de **02 (Duas) horas**, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

16.4. Excepcionalmente, quando necessário, à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o Pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Coordenadoria Especial de Licitações, informando o número do Pregão; o endereço para envio da documentação é: Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº250, Novo Botafogo, Macaé-RJ CEP: 27.947-280.

16.5. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

17.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição, ou;

17.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

17.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

17.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;

17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

17.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa;

17.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

17.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

17.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

17.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

17.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

17.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 17.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- 17.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.
- 17.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:
- 17.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou
- 17.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que sepropõem a prestar.
- 17.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no **item 16** deste Edital.
- 17.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.
- 17.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:
- 17.2.1. Atestado de Capacidade Técnica – operacional, expedido por conselho profissional competente, em nome e favor da empresa licitante, comprovando execução de serviços de instalação de aparelhos ou sistemas de climatização, com no mínimo 50% do quantitativo de serviços previstos nesta solicitação, que comprovem aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto disposto no Termo de Referência, na forma do inciso II, do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.2.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 17.2.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 17.2.2. Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do responsável técnico pela execução do serviço, assinada por todos os indicados pelo representante legal da licitante, na forma do inciso III do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

17.2.3. Atestado de visita do local onde será executado o serviço, conforme **ANEXO IV**, expedido pela Secretaria Executiva de Serviços Públicos. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Executiva e Serviços Públicos, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 7h00min às 12h00min e 13h00min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (22-99208-6983) com Michelle Gomes ou Nayara Neves, na Coordenadoria de Licitações, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A última visita técnica ocorrerá até o último dia útil anterior à data de realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Educação até o local de execução dos serviços.

17.2.3.1. Caso a empresa opte por não realizar a visita, deverá apresentar declaração informando que tem pleno conhecimento das condições e particularidades inerentes à execução do objeto da licitação, conforme **ANEXO V**, assumindo total responsabilidade pela não realização da **visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejam avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar o Município de Macaé**;

17.2.3.2. Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes;

17.2.3.3. A falta de apresentação do atestado de visita técnica, solicitado no subitem 17.2.3 ou da declaração de conhecimento das áreas onde serão executados os serviços, solicitada no subitem 17.2.3.1, será motivo de inabilitação do licitante.

17.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

17.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

17.3.1.1. **Se a licitante não for sediada no município de Macaé/RJ, na qual a competência para emissão da respectiva certidão comprobatória é o Cartório Único de Registro de Distribuição, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s), preferencialmente, de declaração da autoridade judiciária competente, informando que o Distribuidor é único, ou, caso contrário, relacionando os Distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir as referidas certidões. Ressalte-se que o Pregoeiro poderá promover diligência para esclarecer a questão, até mesmo no caso em que a certidão seja emitida pelo próprio Poder Judiciário da sede da licitante e dela seja possível inferir o número de cartórios existentes.**

17.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:

17.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 17.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 17.4.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei**, na forma da legalidade específica;
- 17.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, do domicílio ou sede do licitante;
- 17.4.5. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, conforme art. 68, inc. IV da Lei 14.133/2021.
- 17.4.6. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.*
- 17.4.6.1. *As provas de inscrição previstas nos subitens 17.4.1 e 17.4.2 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa previstas nos subitens 17.4.3, 17.4.4 e/ou 17.4.5.*
- 17.5. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:
- 17.5.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- 17.5.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;
- 17.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 17.6.1.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 17.6.1.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 17.6.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 17.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.
- 17.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.
- 17.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

18. RECURSOS

- 18.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento, nos recursos referentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação de licitante, deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 18.3. Será concedido prazo de **15 (quinze) minutos**, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.4. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 18.5. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única, apenas nos casos de habilitação/inabilitação e de julgamento das propostas.
- 18.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 18.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 18.8. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.
- 18.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 18.10. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 19.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **Autoridade Competente do Município de Macaé (Ordenador de Despesas)** para o procedimento de adjudicação do objeto e homologação da licitação.

20. NOTA DE EMPENHO

- 20.1. Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.
- 20.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Macaé** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.
- 20.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.
- 20.4. O prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.
- 20.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 20.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 20.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **subitem 20.5** do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:
- 20.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 20.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do art. 90 §4º, da Lei Federal 14.133/2021.
- 20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do **subitem 20.7.1** deste Edital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 20.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 20.5 e 20.7** deste Edital.

21. SUBCONTRATAÇÃO

- 21.1. É admitida a subcontratação parcial, no limite de até 30% (trinta por cento) do valor contratado e desde que prevista no Termo de Referência e ratificado pelo Ordenador de Despesas.
- 21.2. A subcontratação não altera a responsabilidade da contratada, que continuará íntegra perante o Município de Macaé.
- 21.3. As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela contratada.
- 21.4. A subcontratação ficará condicionada, em qualquer caso, à obrigação da contratada quanto à documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 21.5. Não será permitida a subcontratação de itens referentes a parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 21.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Macaé**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias corridos**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do **item 25**.
- 22.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 22.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

22.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionalíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

22.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

23. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

23.1. Os preços dos contratos que vierem a ser pactuados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01(um) ano, a contar da data orçamento estimado (04/02/2025), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigo 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do fornecimento que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

23.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

23.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

23.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

23.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento do contrato;

23.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

24. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

24.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

24.2. São atribuições do Gestor de Contratos:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 24.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;
 - 24.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;
 - 24.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;
 - 24.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseje a revisão de preços;
 - 24.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;
 - 24.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 24.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
 - 24.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
 - 24.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 24.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
 - 24.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
 - 24.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 24.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 24.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 24.3.1. Acompanhar os prazos de entrega, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;
 - 24.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, mediante termo detalhado;
 - 24.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;
 - 24.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 24.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 24.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 24.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 24.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 24.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 24.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega dos bens;
- 24.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- 24.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 24.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 24.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 24.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 24.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços;
- 24.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 24.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 24.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 24.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;
- 24.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência e no contrato;
- 24.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

25. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 25.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 25.2. O objeto será recebido:
 - 25.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 5 (cinco) dias.
 - 25.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 5 (cinco) dias.
- 25.3. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos materiais, a Comissão de Fiscalização comunicará a contratada para que no prazo máximo de até 5 (cinco) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 25.4. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição do objeto do contrato com as normas técnicas oficiais, se necessárias, correrão por conta da Contratada.
- 25.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 25.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/201.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
 - 26.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 26.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - 26.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 26.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 26.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 26.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 26.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 26.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 26.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 26.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 26.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 26.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 26.2.1. Advertência por escrito;
- 26.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 26.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
- 26.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 26.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.
- 26.3.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 088/2023, incorre nas penalidades descritas no subitem 26.2.4, cumulada com o subitem 26.2.2, a licitante que praticar as seguintes condutas:
- 26.3.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 26.3.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 26.3.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 26.3.1.4. Não manter a proposta, salva em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 26.3.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 26.4. As sanções previstas nos subitens **26.2.3** e **26.2.4** implicarão no descredenciamento do fornecedor no SICAF.
- 26.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 26.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 26.7. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 26.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

27. GARANTIA CONTRATUAL

- 27.1. Considerando a manifestação da Autoridade Superior do Órgão solicitante no **subitem 18.2 do Termo de Referência**, não será exigido nenhum tipo de garantia visando celeridade administrativa, porém, não isentam as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas no Termo de Referência e todas as documentações inseridas no Processo Administrativo nº 43011/2024.

28. ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

- 28.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, na forma do artigo 71, II, Lei Federal nº 14.133/2021 e por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

29. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

- 29.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 29.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 29.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.
- 29.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes do contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
- 29.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

30. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 30.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.
- 30.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:
- 30.2.1. Eletrônico, no endereço: licitacao.seminf@macae.rj.gov.br, até às 17h de **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública;
- 30.2.2. Escrito através do Protocolo da Coordenadoria Especial de Licitações, informando o número do Pregão; o endereço para envio da documentação é: Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº250, Novo Botafogo, Macaé-RJ CEP: 27.947-280, das 09h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até às 17h de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.
- 30.3. As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telefônico, número (22) 2757-6028 ou (22) 99105-5302.
- 30.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações interpostas.
- 30.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 30.6. A cada esclarecimento e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

31. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 31.1. Será admitida a assinatura digital nos documentos a que se referem o presente edital e seus anexos, mediante uso de certificado digital padrão ICP-Brasil.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 31.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.
- 31.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 31.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 31.5. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.
- 31.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 31.8. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 31.9. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus ANEXOS e da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 31.10. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, bem como de seu extrato no Diário Oficial da União, do Estado, do Município e em jornal diário de grande circulação local.
- 31.11. A sessão de pregão eletrônico será transmitida pela internet, permitindo o acompanhamento por qualquer interessado junto ao Portal da Transparência do Município.
- 31.12. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 4.960/2022, no Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.
- 31.13. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

32. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

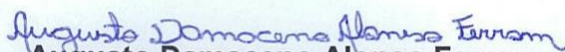
32.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III – Minuta Contratual
- ANEXO IV – Modelo de Declaração de visita técnica-Facultativa
- ANEXO V – Modelo de Declaração de Não visita técnica

33. FORO

33.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Macaé, 11 de março de 2025.


Augusto Damaceno Alonso Ferrom
Coordenadoria Especial de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADO COM INSTALAÇÃO, visando atender as necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos, conforme parâmetros e elementos descritivos neste Termo de Referência.

1.2. Os bens que se pretende adquirir são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Os quantitativos a serem adquiridos se encontram detalhados no item 09 deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Temos em conta também a grande necessidade de renovação dos aparelhos antigos, onde muitos já se encontram com defeito, funcionam precariamente e/ou cuja eficiência energética já não atende aos requisitos de economicidade esperados, sobretudo pelo fato da elevada despesa com energia. Por isso, primou-se por providenciar os aparelhos com a tecnologia INVERTER, o que representará significativa redução do consumo de energia.

2.3. Considerando que a estrutura da Secretaria é revestida de madeira, tornando-a mais quente, gerando um desconforto térmico notável para os servidores que executam as atividades, sendo assim, elevando as temperaturas, dificultando a concentração e a produtividade dos colaboradores.

2.4. O que se almeja com esta contratação é estabelecer conforto térmico necessário para os colaboradores, para o desenvolvimento das atividades desempenhadas por servidores, além de vantagens como:

2.4.1 Controle da Umidade: O controle adequado da umidade é essencial para prevenir o crescimento de mofo, bactérias e outros microrganismos que podem afetar a qualidade do ar e representar riscos à saúde.

2.4.2 Qualidade do Ar Interior (IAQ): A escolha de aparelhos de ar condicionado com filtros eficientes contribui para manter uma boa qualidade do ar interior.

2.4.3 Eficiência Energética: Escolher aparelhos de ar condicionado energeticamente eficientes não apenas reduz os custos operacionais, mas também está alinhado com práticas sustentáveis. Equipamentos modernos muitas vezes incorporam tecnologias avançadas para aperfeiçoar o consumo de energia.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

2.4.4 A justificativa para a contratação dos sistemas de climatização iniciou decorrente a ausência de infraestrutura adequada de ar condicionado nos ambientes da Secretaria Executiva de Serviços Públicos, pois tem gerado um desconforto térmico relevante para os servidores que desempenham suas funções na secretaria, comprometendo sua produtividade e bem-estar no ambiente de trabalho.

2.5. A contratação será por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

2.6. O tipo de licitação é o menor preço.

2.7. A adjudicação será por lote.

2.8.1. Justifica-se a adjudicação por lote considerando a especificidade da contratação no princípio da padronização para melhor identificação da população aos servidores e colaboradores, optamos por adjudicação por lote, pois não queremos correr o risco de receber uniformes com qualidades, cores e tamanhos diferenciados.

2.8. Tendo em vista que a contratação possui valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aplica-se o disposto no art. 48, inc. I da LC nº 123/2006 e suas alterações. Portanto, a licitação será destinada à participação exclusiva de Empreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.9. A aquisição dos bens em questão está prevista no Plano de Contratações Anual – 2024, podendo ser consultado no Portal da Transparência do Município de Macaé.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADO COM INSTALAÇÃO, visando atender às necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos.

TIPO	CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO	QUANTIDADE
Split	12.000 BTU	16
Split	24.000 BTU	3
Split	30.000 BTU	2
Split	48.000 BTU	2
TOTAL DE APARELHOS:		23

3.2. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens de fornecimento (ar condicionados), contados a partir da data do recebimento definitivo e de 03 (três) meses para o serviço de instalação. O prazo de garantia dos serviços de instalação dos aparelhos deverá ser de 03 (três) meses, a partir do recebimento definitivo do serviço.

3.3. Esta demanda compreende o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado em ambientes que não possui climatização e a substituição de aparelhos defeituosos.

3.4. É importante salientar que a estrutura da secretaria é de madeira, o que contribui para um ambiente mais quente. Como resultado, a potência dos sistemas de climatização existentes pode não ser suficiente para lidar com o calor gerado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

3.5. A viabilidade técnica e econômica da aquisição de ar condicionado de 30.000 BTU'S, serão instalados nas salas de reunião que ocupa uma área de 40,32m², onde são realizadas reuniões diárias, oferecendo conforto aos convidados. E no refeitório com área de 85,9m², dois aparelhos de 48.000 BTU'S, um de cada lado. O espaço que é grande e extremamente quente. Esses fatores aumentam significativamente a carga térmica do ambiente, exigindo uma capacidade de refrigeração mais alta para manter uma temperatura confortável e estável proporcionado aos colaboradores que trabalham na rua, no calor, pelo menos na hora do almoço (descanso), um momento de conforto e bem-estar.

3.6. A contratação é motivada também pela premissa de garantir a disponibilidade dos recursos de climatização, visando promover melhores condições ao trabalho das atividades laborais e aumento da vida útil dos aparelhos eletrônicos.

3.7. A escolha por aparelhos "Split Hi-Wall" se deve à sua alta eficiência energética e capacidade de proporcionar uma climatização adequada aos ambientes, os modelos selecionados, foram definidos de acordo com as necessidades desta secretaria.

3.7.1. Dos equipamentos levantados grande parte corresponde a aparelhos de ar-condicionado de janelas, nas quais consomem grande quantidade de energia e não dão vazão, decorrente da estrutura ser de madeira.

3.7.2. Além dos aparelhos com mais de 10 anos de uso, existem aparelhos que carecem de substituição por terem a sua manutenção ficada antieconômica, ou seja, com o valor de sua manutenção superior a 60% do valor atualizado do bem, conforme legislação municipal vigente como segue: O serviço de manutenção somado às peças a serem utilizadas não devem alcançar valor superior à 60% do valor de cada bem individualmente, em atenção ao decreto 096/2002 que "Estabelece normas para o controle de bens patrimoniais e dá outras providências" art. 10 inciso II. 9.1.8.

3.7.3. Como todo equipamento elétrico, a depender da forma de uso e da manutenção recebida, alguns aparelhos possuem vida útil superior a outros. Desta forma, o quantitativo estabelecido para cada Campus engloba também a possível troca dos aparelhos antieconômicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Atender a NR-17, norma regulamentadora que visa assegurar a ergonomia e o conforto dos trabalhadores em ambientes com demandas intelectuais e atenção constantes, estabelece critérios específicos para a aquisição de ar condicionado (tipo do "Split Hi-Wall"), com serviço de instalação e garantia, os critérios incluem níveis de ruído de acordo com a norma NBR 10152, índice de temperatura efetiva entre 20°C e 23°C, velocidade do ar não superior a 0,75m/s e umidade relativa do ar não inferior a 40%.

4.2. Todos os serviços deverão ser executados por mão de obra qualificada, e deverão obedecer rigorosamente as instruções contidas neste Termo de Referência e suas especificações, das normas e métodos específicos da ABNT, das normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e em conformidade com a Norma Regulamentadora NR 18 — Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, publicada pela FUNDACENTRO do Ministério do Trabalho e Emprego e demais Normas de Segurança do Trabalho.

4.3. É vedado o uso de materiais, peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão, devendo a contratada sempre empregar na execução dos serviços materiais, peças e componentes novos e originais, seguindo rigorosamente as especificações do fabricante.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

4.4. Para cada aparelho de Ar Condicionado deverá ser usado um circuito elétrico separado, com disjuntor devidamente dimensionado de acordo com as recomendações do fabricante dos equipamentos. (A parte elétrica deverá ser instalada com fio de cobre flexível cabo PP), com bitola recomendada pelo fabricante do equipamento e deverá seguir as determinações da NBR 5410. Os pontos de força para ligação dos equipamentos a serem instalados, na tensão de 220 V, serão fornecidos pela Secretaria Executiva de Serviços Públicos.

4.5. Todo e qualquer material e insumos necessários à execução dos serviços de instalação dos equipamentos objeto da contratação, excetos os de disponibilização do ponto e elétrico, são de responsabilidade da CONTRATADA e deverão estar inclusos nos preços apresentados na proposta comercial.

4.6. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagem apropriada para seu transporte e protegidos contra impactos.

4.7. Quanto aos aparelhos de ar condicionado tipo "split" com capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h, tem o seguinte:

- a) Instalação: Parede;
- b) Tipo de Tecnologia: ON/OFF (**INVERTER**);
- c) Ciclo: Frio;
- d) Cor da 1 (uma) Evaporadora / 1(uma) Condensadora: Branca ou Gelo;
- e) Tensão de Alimentação: 220 v. bifásico;
- f) Frequência de Alimentação: 60 Hz;
- g) Classificação INMETRO/PROCEL A, B ou C;
- h) Tomadas e Plugs: ABNT 14136:2002 que esta baseada na Norma Internacional IEC 60906-1;
- i) Material da tubulação da serpentina: Cobre (Com proteção anticorrosiva interna e externa);
- j) Classe de Isolamento: I;
- k) Disjuntor Tipo DIN: 16A Individual só para o aparelho de Ar Condicionado;
- l) Garantia Mínima de 01 (um) ano;
- m) Etiqueta Nacional de Energia (ENCE) "A" ou "B"
- n) Gabinete da Unidade Condensadora: Chapa de aço galvanizado com proteção anticorrosiva;
- o) Com controle remoto sem fio;
- p) Velocidade do ar e temperatura: Seleccionável;
- q) Funções: Siga-me/Auto-limpeza/ECO;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

r) Com manual de operação em Português.

4.8. Quanto aos aparelhos de aparelho de ar Condicionado tipo "split" com capacidade de refrigeração de 24.000 BTU/h, tem-se o seguinte:

- a) Instalação: Parede;
- b) Tipo de Tecnologia: ON/OFF (**INVERTER**);
- c) Ciclo: Frio;
- d) Cor da 1 (uma) Evaporadora / 1 (uma) Condensadora: Branca ou Gelo;
- e) Tensão de Alimentação: 220 v. bifásico;
- f) Frequência de Alimentação: 60 Hz;
- g) Classificação INMETRO/PROCEL A, B ou C;
- h) Tomadas e Plugs: ABNT 14136:2002 que esta baseada na Norma Internacional IEC 60906-1;
- i) Material da tubulação da serpentina: Cobre (Com proteção anticorrosiva interna e externa);
- j) Classe de Isolamento: I;
- k) Disjuntor Tipo DIN : 20A Individual só para o aparelho de Ar Condicionado;
- l) Garantia Mínima de 12 (doze) meses;
- m) Etiqueta Nacional de Energia (ENCE) "A" ou "B"
- n) Gabinete da Unidade Condensadora: Chapa de aço galvanizado com proteção anticorrosiva;
- o) Com controle remoto sem fio;
- p) Velocidade do ar e temperatura: Seleccionável;
- q) Funções: Siga-me/Auto-limpeza/ECO; r) Com manual de operação em Português.

4.9. Quanto aos aparelhos de ar condicionado tipo "split" com capacidade de refrigeração de 30.000 BTU/h, tem-se o seguinte:

- a) Instalação: Parede;
- b) Tipo de Tecnologia: ON/OFF (**INVERTER**);
- c) Ciclo: Frio;
- d) Cor da 1 (uma) Evaporadora / 1(uma) Condensadora: Branca ou Gelo;
- e) Tensão de Alimentação: 220 v. bifásico;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- f) Frequência de Alimentação: 60 Hz;
- g) Classificação INMETRO/PROCEL A, B ou C;
- h) Tomadas e Plugs: ABNT 14136:2002 que esta baseada na Norma Internacional IEC 60906-1;
- i) Material da tubulação da serpentina: Cobre (Com proteção anticorrosiva interna e externa);
- j) Classe de Isolamento: I;
- k) Disjuntor Tipo DIN: 20A Individual só para o aparelho de Ar Condicionado;
- l) Garantia Mínima de 12 (doze) meses;
- m) Etiqueta Nacional de Energia (ENCE) "A" ou "B";
- n) Gabinete da Unidade Condensadora: Chapa de aço galvanizado com proteção anticorrosiva;
- o) Com controle remoto sem fio;
- p) Velocidade do ar e temperatura: Seleccionável;
- q) Funções: Siga-me/Auto-limpeza/ECO;
- r) Com manual de operação em Português.

4.10. Quanto aos aparelhos de ar condicionado tipo "split" com capacidade de refrigeração de 48.000 BTU/h, tem-se o seguinte:

- a) Instalação: Parede;
- b) Tipo de Tecnologia: ON/OFF (**INVERTER**);
- c) Ciclo: Frio;
- d) Cor da 1 (uma) Evaporadora / 1 (uma) Condensadora: Branca ou Gelo;
- e) Tensão de Alimentação: 220 v. bifásico;
- f) Frequência de Alimentação: 60 Hz;
- g) Classificação INMETRO/PROCEL A, B ou C;
- h) Tomadas e Plugs: ABNT 14136:2002 que esta baseada na Norma Internacional IEC 60906-1;
- i) Material da tubulação da serpentina: Cobre (Com proteção anticorrosiva interna e externa);
- j) Classe de Isolamento: I;
- k) Disjuntor Tipo DIN: 32A Individual só para o aparelho de Ar Condicionado;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- l) Garantia Mínima de 12 (doze) meses;
- m) Etiqueta Nacional de Energia (ENCE) “A” ou “B”;
- n) Gabinete da Unidade Condensadora: Chapa de aço galvanizado com proteção anticorrosiva;
- o) Com controle remoto sem fio;
- p) Velocidade do ar e temperatura: Seleccionável;
- q) Funções: Siga-me/Auto-limpeza/ECO;
- r) Com manual de operação em Português.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da nota de empenho.

5.1. O prazo de entrega observará o cronograma físico e financeiro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL	UNIDADE	1º MÊS
Ar Condicionado	R\$ 108.465,12	%	100

5.2. O objeto da contratação será recebido no almoxarifado da Secretaria Executiva de Serviços públicos, situado na Rodovia Christino José da Silva Junior S/N - Virgem Santa - Macaé RJ, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 07h às 17h, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

5.3. O prazo de garantia dos materiais observará o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. O enquadramento do objeto na possibilidade de fornecimento contínuo se justifica com base nos seguintes fatores.

5.4.1. A contratação de aparelhos de ar condicionado em caráter de fornecimento contínuo, conforme os dispositivos previstos nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, pode ser justificada por diversas razões, proporcionando benefícios tanto para a Administração Pública quanto para a eficácia dos serviços prestados, abaixo segue pontos de atenção da Administração, que podem subsidiar tal necessidade.

5.4.2. Manutenção de Ambientes Adequados: Os aparelhos de ar condicionado desempenham um papel fundamental na manutenção de ambientes internos adequados em diversas instalações públicas. Garantir um ambiente com temperatura e umidade controladas é essencial para o bem-estar, saúde e produtividade dos ocupantes desses espaços.

5.4.3. Padronização e Simplificação da Gestão: Ao estabelecer contratos de fornecimento contínuo para aparelhos de ar condicionado, a Administração Pública pode padronizar os modelos e especificações dos equipamentos em todas as suas instalações, simplificando assim a gestão e manutenção dos sistemas de climatização. Isso facilita o planejamento estratégico, o controle de inventário e a coordenação das atividades de manutenção em larga escala.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

5.4.4. Necessidade de Substituição e Atualização: Os equipamentos de ar condicionado têm uma vida útil limitada e estão sujeitos a desgaste ao longo do tempo. Portanto, a substituição e a atualização periódica desses aparelhos são necessárias para garantir seu desempenho eficiente e a segurança das instalações. A contratação de fornecimento contínuo permite que a Administração Pública mantenha seus ambientes equipados com aparelhos modernos e eficientes, atendendo às necessidades em constante evolução.

5.5. A(s) licitante(s) vencedor(as) deverá(ão), obrigatoriamente, entregar a totalidade do material quando solicitado no Pedido/Nota de Empenho no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho.

5.6. Quanto ao serviço de instalação, após o recebimento do e-mail, a CONTRATADA responsável terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para realizar a retirada do(s) equipamento(s) no depósito da Secretaria Executiva de Serviços Públicos e seja dado início ao serviço de instalação, nas unidades elencadas na ordem de fornecimento obedecendo os prazos abaixo elencados.

5.7. Ficamos definidos que a entrega deve ser agendada, impreterivelmente com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, junto à Coordenação de Licitações por meio do e-mail: deservicospublicos@gmail.com.

5.8. Prazo para início das instalações: Após o recebimento definitivo do bem, o fiscal emitirá uma autorização formal de instalação, que será enviada ao e-mail do responsável designado previamente pela CONTRATADA. Após o recebimento do e-mail a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para dar início à instalação.

5.9. O agendamento para o serviço e a realização do mesmo deverá se comunicar com no mínimo 5 dias de antecedência, será efetuado de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h, supervisionado pelos fiscais de contrato, essa abordagem visa garantir o controle e a segurança do processo, permitindo que os fiscais acompanhem o serviço e verifiquem a conformidade dos aparelhos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas, facilitando assim a execução dos serviços.

5.10. Considerando a garantia dos equipamentos pelo prazo de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do instrumento contratual será de 13 (treze) meses a contar da data de assinatura.

5.11. A garantia será prestada com vistas a garantir a plena satisfação dos serviços, sem qualquer ônus ou custo adicional para o órgão gestor da contratação.

5.12. A garantia abrange a manutenção corretiva de materiais que compõem os serviços prestados pela Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos materiais que compõem os serviços prestados pela Contratada, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.14. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

5.15. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do órgão gestor da contratação ou pela assistência técnica autorizada.

5.16. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo órgão gestor da contratação.

5.17. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá garantir a prestação dos serviços e disponibilizar equipamento equivalente, se for o caso, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo órgão gestor da contratação, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.18. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do órgão gestor da contratação ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o órgão gestor da contratação autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos ou proceder à glosa dos mesmos de valores a ela devidos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos serviços.

5.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.20. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá a servidora Michelle Gomes Humberto Matrícula 39910, designada como Gestora do Contrato por intermédio da Portaria nº 010/2025, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

6.2. Caberá à Comissão de Fiscalização, designada por intermédio da Portaria nº 015/2025 formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 20 da Lei Municipal nº 4.960/2022:

- Jorge Luiz Gaspar dos Santos- Mat: 0646
- Aloan Manhães Ferreira - Mat: 408195
- Marcos Antônio M. Silva – Mat: 408196

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido:

7.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 05 (cinco) dias.

7.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 05 (cinco) dias.

7.3. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos materiais, a Comissão de Fiscalização comunicará a contratada para que no prazo máximo de até 5 (cinco) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição do objeto do contrato com as normas técnicas oficiais, se necessárias, correrão por conta da Contratada.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.6. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

7.7. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.9. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. As licitantes participantes deverão comprovar as condições habilitatórias relativas à capacidade jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira previstas nos art. 66, 68 e 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Quanto à qualificação técnica profissional e qualificação técnica operacional, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021 será exigido do licitante o seguinte:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

8.2.1. Atestado de Capacidade Técnica - operacional expedido por conselho profissional competente, em nome e favor da empresa licitante, comprovando execução de serviços de instalação de aparelhos ou sistemas de climatização, com no mínimo 50% do quantitativo de serviços previstos nesta solicitação, que comprovem aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto disposto no Termo de Referência, na forma do inciso II, do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Apresentar na habilitação declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do responsável técnico pela execução do serviço, assinada por todos os indicados pelo representante legal da licitante, na forma do inciso III do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADA

9.1. Para definir os quantitativos a serem contratados, foi realizado um levantamento das quantidades de salas que necessitam dos aparelhos, com sua respectiva área em metro quadrado. A capacidade do aparelho de ar condicionado esta diretamente relacionada com a área das salas, conforme detalhado abaixo:

LOTE 01						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	440744	APARELHO DE AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER - 12.000 BTU/H; TECNOLOGIA: INVERTER; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU/H (DOZE MIL BTU/H); FLUXO DE AR: 526 M³/H; TENSÃO: 220V, 50/60 HZ, 6,40ª; TIPO: SPLIT; MODELO: SPLIT INVERTER; CONTROLE REMOTO: DIGITAL SEM FIO; COMPRESSOR: ROTATIVO; CICLO: FRIO; SERPENTINA: COBRE; GÁS REFRIGERANTE: ECOLÓGICO (SEM EMISSÃO DE CFCS - CLOROFLUOROCARBONOS); INCLUSO NO PRODUTO: 01 UNIDADE CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA); 01 UNIDADE EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA); COR: BRANCO; ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE): EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A" (INMETRO); PRODUTO: NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE.; ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR: CONFORME DEFINIDO NO SUBITEM 4.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DO TERMO DEFINITIVO. OBSERVAÇÕES: O APARELHO DEVE SER NOVO , SEM USO, SEM REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND	16	R\$ 2.449,13	R\$ 39.186,08



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 01						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	2020	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL (220V), CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTU/H. QUANTIDADE MÍNIMA DE MATERIAIS E DIMENSÕES DOS PRODUTOS A SEREM UTILIZADOS NAS INSTALAÇÕES: 5,00 METROS - TUBO DE COBRE FLEXÍVEL 1/4" JÁ FLANGEADO; 5,00 METROS - TUBO DE COBRE FLEXÍVEL 1/2" JÁ FLANGEADO; 2 PORCAS DE 1/4" EM LATÃO; 2 PORCAS DE 1/2" EM LATÃO; 5,00 METROS - ISOLAMENTO TÉRMICO BLINDADO 1/4"; 5,00 METROS - ISOLAMENTO TÉRMICO BLINDADO 1/2"; 7,40 METROS - CABO PP FLEXÍVEL 4X2,5MM²; 20,00 METROS - FITA DE PVC BRANCA; 4 PARAFUSOS Nº 6 PHILIPS PARA A FIXAÇÃO DA EVAPORADORA; 4 BUCHAS Nº 6 PARA A FIXAÇÃO DA EVAPORADORA; 1 ACABAMENTO DE PAREDE Ø55MM; 200G - MASSA DE CALAFETAR; 1 PAR DE SUPORTE 450MM (COMPATÍVEL COM CONDENSADORA, REDONDA E RETANGULAR); 6 PARAFUSOS Nº 10 SEXTAVADOS PARA A FIXAÇÃO DO SUPORTE; 6 BUCHAS Nº 10 FU PARA A FIXAÇÃO DO SUPORTE; 5,00 METROS - MANGUEIRA CRISTAL 1/2" PARA DRENO. OBSERVAÇÕES: O APARELHO DEVE SER NOVO , SEM USO, SEM REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	16	R\$ 773,13	R\$ 12.370,08

LOTE 02						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
3	440747	APARELHO DE AR CONDICIONADO - SPLIT INVERTER; CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 24.000 BTU; TENSÃO: 220V; TIPO: SPLIT; MODELO: SPLIT INVERTER; COR: BRANCO; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:; CICLO: FRIO; CONTROLE REMOTO: SIM, COM DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES ADICIONAIS: DISPLAY DE TEMPERATURA DIGITAL, TIMER DIGITAL DE 24 HORAS, FUNÇÃO SWING; SISTEMA: R410; ENTRADA SUPERIOR DE AR; FILTRO DE AR: CARVÃO ATIVADO; CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO: A (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA); GARANTIA: MÍNIMO DE 1 ANO (A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DO TERMO DEFINITIVO); CERTIFICAÇÃO: INMETRO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SELO PROCEL; OBSERVAÇÕES: O APARELHO DEVE SER NOVO, SEM USO, SEM REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND	3	R\$ 4.476,97	R\$ 13.430,91



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 02						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	2020	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT TIPO: HIGH-WALL OU PISO/TETO, CONVENCIONAL OU INVERTER; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: ATÉ 24.000 BTU/H; COR: BRANCO; TENSÃO: 220V DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: A INSTALAÇÃO SERÁ REALIZADA COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO APARELHO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE E OS PADRÕES DE SEGURANÇA. OS PRINCIPAIS COMPONENTES PARA A INSTALAÇÃO INCLUEM:TUBO DE COBRE FLEXÍVEL PARA A CONEXÃO ENTRE A UNIDADE INTERNA E A UNIDADE EXTERNA. TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO PARA ISOLAMENTO; FITA ALUMINIZADA PARA REFRIGERAÇÃO; TUBULAÇÃO DE PVC PARA DRENO; CABO DE ENERGIA PP, DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE; PARAFUSOS, BUCHAS, CONECTORES E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO DOS COMPONENTES; SUPORTE ADEQUADO PARA A INSTALAÇÃO DO APARELHO (UNIDADE INTERNA E EXTERNA). TODOS OS MATERIAIS UTILIZADOS SÃO DE ALTA QUALIDADE E ATENDEM ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO É REALIZADO POR PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E INCLUI O TRANSPORTE INTERNO ATÉ O LOCAL DE INSTALAÇÃO. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	3	R\$ 845,41	R\$ 2.536,23

LOTE 03						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	463213	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER – 30.000 BTU; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 30.000 BTU/H; TENSÃO: 220V; TIPO: SPLIT; MODELO: SPLIT INVERTER; COR: BRANCO; CICLO: FRIO; SISTEMA DE GÁS: R410; CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO: A (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA); GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLE REMOTO S/FIO; DISPLAY DIGITAL; TIMER DIGITAL (24 HORAS); FUNÇÃO SWING; FILTRO DE AR DE CARVÃO ATIVADO; ENTRADA SUPERIOR DE AR; TECNOLOGIA INVERTER PARA MAIOR ECONOMIA DE ENERGIA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: REFRIGERAÇÃO: 30.000 BTU/H; FUNÇÃO: FRIO; DISPLAY E TEMPERATURA DIGITAL; CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO; GÁS REFRIGERANTE: R410; MODELO HI-WALL (INSTALAÇÃO NA PAREDE); CERTIFICADO PELO INMETRO. IMPORTANTE: O PRODUTO SERÁ NOVO, SEM USO, SEM RECONDICIONAMENTO OU REFORÇAMENTO E EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. O CONTRATANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR O PONTO ELÉTRICO PRÓXIMO AO LOCAL DE INSTALAÇÃO. GARANTIA: O APARELHO TEM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, CONFORME DEFINIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	2	R\$ 6.728,12	R\$ 13.456,24



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 03						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
6	2020	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HIGH-WALL OU PISO-TETO; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: DE 30.000 ATÉ 60.000 BTU/H; TENSÃO: 220V; DISTÂNCIA ENTRE UNIDADES: DE 3,51 METROS ATÉ 6 METROS; FIXAÇÃO: SUPORTE MÃO FRANCESA DE FIBRA DE VIDRO, COR BRANCA; INSTALAÇÃO COM: TUBO DE COBRE FLEXÍVEL (1/4" E 1/2"); TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO (FLEXÍVEL); FITA ALUMINIZADA PARA REFRIGERAÇÃO; PARAFUSOS, BUCHAS, CONECTORES E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO; TUBULAÇÃO DE PVC PARA DRENO; CABO DE ENERGIA PP CONFORME RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE. MATERIAIS E PROCEDIMENTO DE INSTALAÇÃO: O AR CONDICIONADO SERÁ INSTALADO CONFORME AS ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE, GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA E A SEGURANÇA. TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO, COMO PARAFUSOS, BUCHAS, CONECTORES, ARRUELAS, E OUTROS COMPONENTES, SERÃO FORNECIDOS E UTILIZADOS PARA A INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	2	R\$ 1.183,62	R\$ 2.367,24

LOTE 04						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
7	448819	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 48.000 BTU (TRIFÁSICO) CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 48.000 BTU/H; TENSÃO: 220V, TRIFÁSICO; TIPO: SPLIT INVERTER; MODELO: SPLIT INVERTER; COR: BRANCO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLE REMOTO; CICLO QUENTE/FRIO; FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO; FILTRO DE AR COM CARVÃO ATIVADO; FUNÇÃO SWING; DISPLAY DIGITAL E TEMPERATURA DIGITAL; TIMER DIGITAL DE 24 HORAS; ENTRADA SUPERIOR DE AR; SISTEMA R410 (GÁS ECOLÓGICO) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CICLO: FRIO. CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO: "A"; GARANTIA: MÍNIMO DE 1 (UM) ANO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO; PRODUTO: NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, PRODUZIDO EM LINHA PELO FABRICANTE. OBSERVAÇÕES: O PRODUTO SERÁ ENTREGUE COM 12 MESES DE GARANTIA, A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO. O PRODUTO E SUA INSTALAÇÃO DEVEM SEGUIR TODAS AS NORMAS DO FABRICANTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND	2	R\$ 11.079,49	R\$ 22.158,98



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 04						
ITENS	CATMAT CATSER	Descrição completa do material/serviço/obra	UND	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
8	2020	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT; TENSÃO: 220V; MODELO: HIGH-WALL OU PISO/TETO, CONVENCIONAL OU INVERTER; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 30.000 ATÉ 60.000 BTU/H; DISTÂNCIA ENTRE A UNIDADE INTERNA E EXTERNA: DE 6,01M ATÉ 20M; INSTALAÇÃO: SUPORTE: MÃO FRANCESA DE FIBRA DE VIDRO, COR BRANCA; MATERIAIS UTILIZADOS: TUBO DE COBRE FLEXÍVEL: ADEQUADO PARA REFRIGERAÇÃO; TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO E FLEXÍVEL; FITA ALUMINIZADA: PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E REFRIGERAÇÃO; PARAFUSOS E BUCHAS: PARA FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA E EXTERNA; CONECTORES E ARRUELAS; TUBULAÇÃO DE PVC: PARA DRENO; CABO DE ENERGIA PP: DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE PARA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA; RECOMENDAÇÕES: TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE SERÃO UTILIZADOS, GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA. OBSERVAÇÕES: A INSTALAÇÃO SERÁ REALIZADA DE FORMA A GARANTIR O CORRETO FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DO SISTEMA. TODOS OS PRODUTOS E MATERIAIS SÃO DE ALTA QUALIDADE E SEGUEM AS NORMAS E RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	2	R\$ 1.479,68	R\$ 2.959,36

VALOR TOTAL:	R\$ 108.465,12
---------------------	-----------------------

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES - AR CONDICIONADO			
SALAS	STATUS	TAMANHO DA SALA - M²	CAPACIDADE BTU/H NECESSÁRIA
HELÔ - INTERIOR	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
COSME - RH	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
MONICA - COMUNICAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
RECEPÇÃO	SUBSTITUIÇÃO		12.000 BTU'S
PATRIMONIO	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
LICITAÇÃO	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
REUNIAO 01	SUBSTITUIÇÃO	7,2 x 3,6 = 25,92m²	24.000 BTU'S
REUNIAO 02	SUBSTITUIÇÃO	8,4 x 4,8 = 40,32m²	30.000 BTU'S
RODRIGO - SECRETÁRIO	SUBSTITUIÇÃO	4,8 x 4,8=23,04 m²	24.000 BTU'S
CAMILA - ADMINISTRATIVO	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
BRUNO - OUVIDORIA	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
FERNANDA - COMBUSTÍVEL	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
RECEPÇÃO E ADM - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SUBSTITUIÇÃO	35,82m²	30.000 BTU'S
ALMOXARIFADO	SUBSTITUIÇÃO	5,5 x3=16,5m²	24.000 BTU'S
REFEITÓRIO	SEM AR CONDICIONADO	12,7x6,7=85,9m²	2x 48.000 BTU'S
ROSANE- ARBORIZAÇÃO	SEM AR CONDICIONADO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
SR. LUIZ - CONTROLE PROCESSOS	SEM AR CONDICIONADO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
CLAUDIO - APOIO LICITAÇÃO	SEM AR CONDICIONADO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
ARQUIVO - LICITAÇÃO	SEM AR CONDICIONADO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S
CPD	SUBSTITUIÇÃO	3,6 x 3,6 = 12,6m²	12.000 BTU'S

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

9.2. Dos equipamentos levantados grande parte corresponde a aparelhos de ar-condicionado de janelas, nas quais consomem grande quantidade de energia.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação é **R\$ 108.465,12 (cento e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e doze centavos)**.

10.2. Os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços se deu através de ampliação de pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 234/2024.

10.3. Estaremos optando por adotar a média de preços tendo em vista estabelecerem boas práticas que evitem a remarcação de certames frustrados diante da ausência de empresas interessadas em participar, tendo em vista a não atratividade dos preços estimados. Não podemos correr o risco de a licitação dar deserta, tendo em vista a falta do material no almoxarifado. Sendo assim, optando pela média o valor pode ampliar a concorrência do certame.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho nº 04.122.00037.2.202.000 e 17.451.0003.1.009.000

Elemento de Despesa nº 4.4.90.52.00.00.00

Código Reduzido nº.: 4337 e 4420

Fonte de Recurso: 704-1 e 721

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Entregar o material, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

12.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.3. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

12.4. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

12.5. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

12.6. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconvenientes e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

12.7. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.8. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

12.9. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

12.10. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

12.11. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

12.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

12.13. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.14. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.15. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.16. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

12.17. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

12.18. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.19. Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

12.20. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.21. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

12.22. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados, ressecados, ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

12.23. Responder as notificações no prazo estabelecido;

12.24. Efetuar a entrega do objeto e a instalação, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.25. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada para todas as regiões do país;

12.26. A Contratada deve comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega e/ou da instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.27. Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado e produto fornecido, arcando com eventuais encargos decorrentes do descumprimento dessa obrigação e ainda oferecer garantia para os produtos em que se verifiquem defeitos, vícios ou que estejam danificados;

12.28. O material utilizado na confecção do objeto em tela deve ser de concepção moderna, de primeiro uso, em linha de fabricação e da melhor qualidade, devendo atender rigorosamente as especificações técnicas exigidas neste documento;

12.29. Atender aos preceitos legais em vigor, observando no que couber, dentre estes, o Código de Defesa do Consumidor, Normas da ABNT e INMETRO;

12.30. A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e de 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e/ou as demais legislações que a complementem ou substitua);

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

12.31. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão Gerenciador e aos órgãos Parceiros;

12.32. Manter, durante toda a vigência do contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.33. Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto licitado em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

12.34. Comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

12.35. Todas as despesas de fretes, seguros, testes, ensaios, instalações e demais despesas que recaiam sobre os produtos, enviados para substituição serão suportados pelo adjudicatário;

12.36. Oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens de fornecimento (ar condicionados e cortinas de ar), contados a partir da data do recebimento definitivo e de 03 (três) meses para o serviço de instalação, contados a partir da finalização do serviço e posterior aprovação dos fiscais da ARP;

12.37. A Assistência Técnica durante todo o período de garantia deverá ser realizada no recinto da Secretaria, salvo apenas quando a execução do serviço comprovadamente exigir remover o equipamento para o laboratório da responsável pela assistência técnica, por sua conta e risco, sendo responsável inclusive pela instalação do equipamento quando do retorno do mesmo(s), o que deverá ocorrer sem ônus para a CONTRATANTE mediante autorização escrita fornecida pela Contratada;

12.38. Quando a assistência técnica for prestada por uma empresa terceirizada pelo adjudicatário, esta última terá responsabilidade solidária por todos os atos praticados pela empresa indicada, inclusive, quanto a não atendimento das solicitações da Contratada.

12.39. O não cumprimento das condições estabelecidas neste documento, acarretará em sanções administrativas ou "PENALIDADES";

12.40. É vedado a subcontratação parcial do objeto deste termo de referência que seja superior a 30% conforme legislação vigente.

12.41. Deve ser informada descrição do objeto, contendo as informações similares a especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso. Além de marca, modelo e todas as especificações do objeto.

12.42. Só será admitida a oferta de condicionador de ar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC e tratada da etiquetagem compulsória.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

13.2. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

13.3. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.4. Receber o objeto e acompanhar/conferir a instalação no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o material/serviço que a Licitante Vencedora entregar fora das especificações contidas neste Termo de Referência;

13.6. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.7. No momento do recebimento dos materiais, averiguar se as quantidades e qualidades exigidas neste Termo de Referência estão sendo atendidas;

13.8. Após conferência dos materiais entregues, averiguar quanto ao atendimento das exigências e posteriormente atestar as notas fiscais do fornecedor;

13.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da ata, de modo a garantir o fiel cumprimento da mesma, do instrumento convocatório da licitação e da proposta;

13.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

14.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

14.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de três (três) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três (três) anos e máximo de seis (seis) anos.

14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.

14.3.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 088/2023, incorre nas penalidades descritas no subitem 14.2.4, cumulada com o subitem 14.2.2, a licitante que praticar as seguintes condutas:

14.3.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.3.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.3.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.3.1.4. Não manter a proposta, salva em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.3.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

14.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

14.5. As sanções previstas nos subitens 14.2.3 e 14.2.4 implicarão no descredenciamento do fornecedor no SICAF.

14.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14.8. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15. GARANTIA

15.1. A partir da data do recebimento e do parecer de conformidade do(s) equipamentos e/ou materiais entrará em vigor, pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos a garantia do(s) equipamentos e/ou materiais fornecido(s) pela Contratada, bem como, a realização de todas as manutenções preventivas com substituição de peças e acessórios conforme programação definida no Manual do Fabricante.

15.2. A Contratada deverá efetuar quaisquer reparos com assistência técnica no local de entrega, sem ônus para a Contratada, no(s) equipamentos e/ou materiais fornecido(s) e dentro do prazo de garantia, de eventuais anormalidades decorrentes de defeitos de fabricação, devendo iniciar os serviços de reparos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicado.

15.3. Constatado o defeito, e sendo este inerente a Contratada, e ainda, que não possa ser solucionado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após o início do atendimento, a Contratada se responsabilizará pela substituição imediata, de forma provisória, por outro de modelo similar e com tecnologia igual ou superior, até que o equipamento defeituoso e de propriedade da Secretaria retorne em perfeita condição de uso, sem ônus adicionais. O prazo de retorno não poderá exceder a mais de 60 (sessenta) dias, salvo, em justificativas fundamentadas, acompanhado do devido Plano de Ação e cronológico a ser apresentado pela Contratada, devendo ser analisado e aprovado pela Secretaria de Serviços Públicos.

15.4. Em caso de inviabilidade de conserto, a Contratada deverá substituir, de forma definitiva, o equipamento, por outro sem uso (novo), e que atenda as especificações técnicas definidas neste documento, podendo ser igual ou superior.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

16.2. Na proposta, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar ficha, catálogo e/ou similar ilustrativos do(s) produto(s) ofertado(s), contendo todas as informações técnicas e comprobatórias das especificações técnicas definidas neste pedido referente ao(s) respectivo(s) equipamento(s) solicitado(s). Os catálogos e/ou fichas técnicas poderão ser apresentados em forma de mídia impressa ou em formato digital colorido do(s) equipamento(s) oferecido(s), devendo conter elemento que comprovem conformidade com as descrições definidas neste pedido, com a indicação dos itens a que correspondem para que haja celeridade na conferência.

17. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

17.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços de instalação, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços; acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7h00min às 12h00min e 13h00min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (22-99208-6983) com Michelle Gomes ou Nayara Neves, na Coordenadoria de Licitações.

17.1.1. A visita tem como objetivo a análise e esclarecimentos de dúvidas quanto à prestação dos serviços e conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas licitantes.

17.1.2. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

17.1.3. Na ocasião do agendamento da visita e vistoria técnica a empresa deverá informar um responsável técnico, Razão Social e CNPJ da empresa.

17.1.4. Podendo sua realização ser comprovada por:

17.1.5. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo constante no item 17.8.1, atestando textualmente que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto deste Termo.

17.1.6. Caso opte por não realiza-la, firmará declaração, modelo 17.8.2, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

17.1.7. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

17.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

17.3. A apresentação do Atestado de Visita/Vistoria ou da Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelos disponibilizados neste Termo serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

17.4. As visitas serão em horários agendados para cada empresa. Dúvidas e esclarecimentos deverão ser feitos formalmente através de ofício ou pelo e-mail: deservicospublicos@gmail.com

17.5. Toda e qualquer despesa com a visita e vistoria correrá por conta da Licitante interessada.

17.6. Caso não haja possibilidade de concluir a visita e vistoria técnica no mesmo dia será continuada no dia seguinte às 7h30min, se não houver outra empresa marcada para esse horário, se houver, será marcada a continuação da visita para o horário disponível.

17.7. A empresa licitante deverá apresentar o atestado de Visita e Vistoria Técnica com os campos devidamente preenchidos no ato da visita para assinatura do representante da Secretaria Executiva de Serviços Públicos

17.8. MODELOS

17.8.1. ATESTADO DE VISITA / VISTORIA

Atesto para os devidos fins, que o Sr (a) _____ representante da Empresa _____ visitou e vistoriou o(s) local (is), onde serão (ao) executados(s) os serviços, objeto do Pregão de nº /2025, Processo Administrativo nº 43011/2024, em de _____ de _____ 2025, tendo tomado conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações referente ao objeto da licitação.

Macaé, ____ de _____ de 2025.

17.8.2. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA), DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão de nº 022/2025, Processo Administrativo nº 43011/2024.

Representante legal da Empresa

Macaé, ____ de _____ de 2025.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

18.2. Em que pese tratar-se de fornecimento com entrega imediata com prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho, conforme subitem 5.2 do Termo de Referência, não haverá exigência de garantia contratual da execução, com o objetivo de ampliar o caráter competitivo do certame, eis que, a exigência de garantia pode representar diminuição dos interessados em participar do certame. Contudo, a dispensa da garantia não isenta as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas neste Termo de Referência.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO I - A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

1.1. O Presente Estudo Técnico Preliminar tem como objeto evidenciar o problema e a sua melhor solução, relacionadas à necessidade abaixo:

1.2. A Secretaria Executiva de Serviços Públicos na busca pela produtividade e bem-estar no ambiente de trabalho. O investimento em infraestrutura, materiais e equipamentos fazem estabelecer conforto térmico necessário para os colaboradores, para o desenvolvimento das atividades desempenhadas por servidores. Para tal se faz necessário providenciar - APARELHOS DE AR CONDICIONADO COM INSTALAÇÃO, visando atender às necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos.

1.3. Os equipamentos existentes hoje nas unidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos encontram-se desgastados pelo tempo de uso e, por muitas vezes, apresentam defeitos que os tornam inoperantes, causando transtornos à Administração.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Temos em conta também a grande necessidade de renovação dos aparelhos antigos, onde muitos já se encontram com defeito, funcionam precariamente e/ou cuja eficiência energética já não atende aos requisitos de economicidade esperados, sobretudo pelo fato da elevada despesa com energia. Por isso, primou-se por providenciar os aparelhos com a tecnologia INVERTER, o que representará significativa redução do consumo de energia.

2.3. Considerando que a estrutura da Secretaria é revestida de madeira, tornando-a mais quente, gerando um desconforto térmico notável para os servidores que executam as atividades, sendo assim, elevando as temperaturas, dificultando a concentração e a produtividade dos colaboradores.

2.4. O que se almeja com esta contratação é estabelecer conforto térmico necessário para os colaboradores, para o desenvolvimento das atividades desempenhadas por servidores, além de vantagens como:

2.5. Controle da Umidade: O controle adequado da umidade é essencial para prevenir o crescimento de mofo, bactérias e outros microrganismos que podem afetar a qualidade do ar e representar riscos à saúde.

2.6. Qualidade do Ar Interior (IAQ): A escolha de aparelhos de ar condicionado com filtros eficientes contribui para manter uma boa qualidade do ar interior.

2.7. Eficiência Energética: Escolher aparelhos de ar condicionado energeticamente eficientes não apenas reduz os custos operacionais, mas também está alinhado com práticas sustentáveis. Equipamentos modernos muitas vezes incorporam tecnologias avançadas para aperfeiçoar o consumo de energia.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. A contratação está prevista no Plano anual de contratações, que foi preenchida via sistema.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Classificação de consumo "A"; Garantia de no mínimo 1 (um) ano. Certificado pelo INMETRO.

4.2. A empresa licitante deverá apresentar ficha, catálogo e/ou similar ilustrativos do(s) produto(s) ofertado(s), contendo todas as informações técnicas e comprobatórias das especificações técnicas definidas neste pedido referente ao(s) respectivo(s) equipamento(s) solicitado(s). Os catálogos e/ou fichas técnicas poderão ser apresentados em forma de mídia impressa ou em formato digital colorido do(s) equipamento(s) oferecido(s), devendo conter elemento que comprovem conformidade com as descrições definidas neste pedido, com a indicação dos itens a que correspondem para que haja celeridade na conferência.

4.3. Tendo em vista a complexidade das especificações técnicas deverá ser procedida, depois de declarada a licitante vencedora, à análise da(s) marca(s)/modelo(s) ofertado(s), com referência à compatibilidade técnica e às especificações constantes neste pedido, a ser realizada por profissionais técnicos da CONTRATADA, e sendo emitido(s) o(s) devido(s) Parecer(es) de classificação e/ou desclassificação devidamente fundamentado.

4.4. Os Aparelhos de ar condicionados deverão possuir certificação do INMETRO.

4.5. Os equipamentos necessários para tender às necessidades dos os colaboradores, são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado, razão pela qual se recomenda que a contratação seja precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônica.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO/TÉCNICA QUANTITATIVA

5.1. Os materiais, objeto deste pedido são indispensáveis e a falta dos mesmos interfere diretamente no desenvolvimento das atividades desempenhadas por servidores;

5.2. Os equipamentos de ar condicionado quantificados e especificados foram estimados para atendimento a Secretaria Adjunta de Serviços Públicos.

5.3. Dos equipamentos levantados grande parte corresponde a aparelhos de ar-condicionado de janelas, nas quais consomem grande quantidade de energia.

5.4. Além dos aparelhos com mais de 10 anos de uso, existem aparelhos que carecem de substituição por terem a sua manutenção ficado antieconômica, ou seja, com o valor de sua manutenção superior a 60% do valor atualizado do bem, conforme legislação municipal vigente como segue: O serviço de manutenção somado às peças a serem utilizadas não devem alcançar valor superior à 60% do valor de cada bem individualmente, em atenção ao decreto 096/2002 que "Estabelece normas para o controle de bens patrimoniais e dá outras providências" art. 10 inciso II

5.5. Como todo equipamento elétrico, a depender da forma de uso e da manutenção recebida, alguns aparelhos possuem vida útil superior a outros. Desta forma, o quantitativo estabelecido

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

para cada Setor engloba também a possível troca dos aparelhos antieconômicos.

5.6. Relativamente à potência dos aparelhos, esta foi definida conforme as normas técnicas aplicáveis, conforme a carga térmica de cada ambiente da Secretaria.

5.7. Considerando o levantamento realizado a contratação de 23 unidades de aparelhos de ar condicionado, o que representa a substituição dos aparelhos com mais de 10 anos de uso, distribuídos conforme relatório fotográfico com a respectiva quantitativa:

5.8. A estimativa do quantitativo de instalações se deu a partir de uma análise amostral dos tipos de instalação existentes, além das bitolas de tubulações necessárias para cada faixa de potência dos aparelhos, distribuídas de forma proporcional ao número de aparelhos registrados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Em consulta a empresas via Internet e histórico da Secretaria Executiva de Serviços Públicos, foram encontradas as seguintes soluções no mercado capazes de atender à demanda pretendida:

6.1.1. SOLUÇÃO 01: Aquisição dos aparelhos

6.1.1.1. As principais vantagens da aquisição de aparelhos de ar condicionados são:

Investimento em Longo Prazo: Comprar aparelhos de ar condicionado pode ser vantajoso em longo prazo, uma vez que a CONTRATADA se torna proprietária dos equipamentos. Isso significa que, ao longo do tempo, os custos podem ser menores em comparação com os pagamentos contínuos de aluguel.

Controle Orçamentário: A compra permite um melhor controle sobre os gastos a longo prazo. Ao contrário do aluguel, que envolve pagamentos regulares, a compra pode ser planejada como um investimento único, facilitando o orçamento.

Flexibilidade Operacional: A propriedade dos aparelhos oferece flexibilidade na gestão operacional. A CONTRATADA pode tomar decisões independentes sobre o uso, manutenção e personalização dos sistemas de ar condicionado para atender às necessidades específicas dos edifícios da secretaria.

Custos de Manutenção e Reparo: Ao comprar, a CONTRATADA tem a responsabilidade total sobre a manutenção e os custos de reparo. No entanto, isso também proporciona controle direto sobre a qualidade da manutenção e a possibilidade de programar práticas de conservação que atendam às necessidades específicas do governo.

Propriedade do Ativo: A compra resulta na posse direta dos aparelhos de ar condicionado como ativos da CONTRATADA. Isso pode ser relevante para fins contábeis e relatórios financeiros, e os equipamentos podem permanecer em serviço mesmo após o término do pagamento inicial.

Adaptação a Mudanças: Com a propriedade dos aparelhos, a prefeitura tem maior flexibilidade para adaptar a infraestrutura de climatização à mudanças nas demandas ou na estrutura dos edifícios desta secretaria. Isso pode ser crucial para aperfeiçoar o desempenho energético e a eficiência ao longo do tempo.

6.1.1.2. As principais desvantagens da solução são:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

Obsolescência Tecnológica: A tecnologia dos equipamentos de refrigeração pode tornar-se obsoleta ao longo do tempo, especialmente em um cenário onde a tecnologia avança rapidamente. Isso pode resultar em custos adicionais para atualizações futuras.

Dependência de Infraestrutura: Equipamentos de refrigeração dependem de uma infraestrutura elétrica estável. Em áreas onde a eletricidade é irregular ou sujeita a cortes frequentes, a eficácia dos sistemas de refrigeração pode ser comprometida.

Custos Iniciais Elevados: Equipamentos de refrigeração de qualidade, muitas vezes têm custos iniciais significativos. Isso pode representar um desafio para orçamentos limitados, comuns em instituições públicas.

Processos de Compra Pública: Em alguns casos, o processo de compra pública pode ser burocrático e demorado, dificultando a aquisição rápida de equipamentos essenciais para a saúde pública.

6.1.2. SOLUÇÃO 02: Locação dos equipamentos.

6.1.2.1. As principais vantagens da locação dos equipamentos são:

Custos Iniciais Reduzidos: A locação permite que evitem os altos custos iniciais associados à compra de equipamentos de refrigeração. Isso pode ser particularmente benéfico em situações em que os orçamentos são limitados.

Flexibilidade Financeira: O modelo de locação oferece flexibilidade financeira, permitindo que as instituições paguem uma taxa regular, muitas vezes mensal, em vez de realizar um investimento significativo de uma só vez. Isso pode ajudar na gestão do fluxo de caixa.

Atualização Tecnológica: A locação facilita a atualização para tecnologias mais recentes sem a necessidade de comprar novos equipamentos. Isso é especialmente importante em um cenário em que a tecnologia de refrigeração está em constante evolução.

Adaptação às Necessidades Flutuantes: A locação permite que as instituições ajustem facilmente a quantidade e capacidade dos equipamentos de refrigeração de acordo com as necessidades, sem o compromisso de possuir ativos de longo prazo.

Rápida Implementação: O processo de locação pode ser mais rápido e menos burocrático do que o processo de aquisição, permitindo que a secretária obtenha os equipamentos necessários de forma mais rápida e eficiente.

Suporte Técnico: Geralmente, os contratos de locação incluem suporte técnico, o que pode ser valioso para resolver problemas operacionais de maneira rápida e eficaz.

Foco na Atividade Principal: Ao optar pela locação, a Secretaria pode se concentrar em suas atividades principais, enquanto a gestão e manutenção dos equipamentos são tratadas pelo fornecedor de locação.

Redução de Obsolescência: Como os equipamentos são atualizados regularmente pelo locador, podem evitar a obsolescência tecnológica que ocorre ao longo do tempo.

Sustentabilidade: Alguns fornecedores de locação estão focados em oferecer equipamentos mais eficientes do ponto de vista energético, contribuindo para práticas mais sustentáveis.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

6.1.2.2. As principais desvantagens da solução são:

Dependência do Fornecedor: Ao optar pela locação, a Secretaria fica dependente do fornecedor para o fornecimento contínuo de equipamentos de refrigeração. Mudar de fornecedor pode ser complexo e disruptivo.

Restrições Contratuais: Os contratos de locação geralmente têm termos específicos, incluindo restrições e penalidades em caso de rescisão antecipada. Isso pode limitar em responder a mudanças nas necessidades.

Personalização Limitada: Equipamentos locados podem ter opções de personalização limitadas em comparação com equipamentos adquiridos. Isso pode ser um problema se a unidade de saúde necessitar de recursos específicos.

Possíveis Aumentos de Custos: Os contratos de locação podem incluir cláusulas que permitem aumentos periódicos de custos, o que pode resultar em despesas crescentes ao longo do tempo.

Incompatibilidade de Prazos: O prazo do contrato de locação pode não estar alinhado com as necessidades de longo prazo, resultando em complexidades ao renovar ou rescindir contratos.

Custos a Longo Prazo: O aluguel de equipamentos pode ser mais caro a longo prazo do que a compra, uma vez que os pagamentos de aluguel continuam indefinidamente. Ao longo do tempo, os custos de aluguel de equipamentos podem se acumular e exceder o custo total de compra dos equipamentos. Isso pode ser especialmente verdadeiro se você alugar os equipamentos por um longo período.

Custos Ocultos: Além das taxas de aluguel, pode haver outros custos associados, como taxas de seguro, impostos, custos de entrega e devolução, que podem aumentar o custo total do aluguel.

Valor cotado inicial no prazo de 12 (doze) meses que justifica o investimento em R\$ 299.072,00 (Duzentos e noventa e nove mil e setenta e dois reais).

Incapacidade de Amortização: Ao comprar equipamentos, você pode depreciá-los ao longo do tempo e aproveitar benefícios fiscais associados à depreciação. No entanto, ao alugar, você não obtém esses benefícios fiscais, pois não é o proprietário dos equipamentos.

6.2. Dentre as soluções apresentadas, a que melhor atende às necessidades da contratação é a solução 01 – Aquisição dos Aparelhos, sob os seguintes critérios:

6.2.1. Vantajosidade técnica:

6.2.1.1. Considerando a locação dos equipamentos não se mostra eficiente no caso da Secretaria Adjunta de Serviços Públicos de Macaé, devido já existir equipe multidisciplinar preexistente e treinada, além de já possuímos capacidade para alocação dos mesmos;

6.2.1.2. Considerando ainda que a locação de qualquer um dos equipamentos não se mostra adequada às necessidades da Secretaria Adjunta de Serviços Públicos de Macaé principalmente por não ser prática comum para essa finalidade.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

6.2.1.3. A aquisição dos aparelhos de ar condicionado se mostrou ser a solução mais adequada ao perfil da Secretaria Adjunta de Serviços Públicos de Macaé, podendo ser vista ainda como um investimento estratégico no crescimento e na qualidade dos serviços de bem-estar ofertados pelo município além de trazer:

Controle de Qualidade: Com seus próprios equipamentos, você tem controle direto sobre a qualidade do serviço prestado. Isso pode garantir um ambiente climatizado para os colaboradores.

Flexibilidade: Ter seus próprios equipamentos permite adaptar-se rapidamente conforme necessário. Por exemplo, você pode mudar um aparelho de lugar para atender às necessidades específicas de cada ambiente.

6.2.2. Vantajosidade econômica:

Custos em Longo Prazo: O aluguel de equipamentos pode ser mais caro em longo prazo do que a compra, uma vez que os pagamentos de aluguel continuam indefinidamente.

Ao longo do tempo, os custos de aluguel de equipamentos podem se acumular e exceder o custo total de compra dos equipamentos. Isso pode ser especialmente verdadeiro se você alugar os equipamentos por um longo período.

Incapacidade de Amortização: Ao comprar equipamentos, você pode depreciá-los ao longo do tempo e aproveitar benefícios fiscais associados à depreciação. No entanto, ao alugar, você não obtém esses benefícios fiscais, pois não é o proprietário dos equipamentos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor total estimado para a contratação é **de R\$ 56.420,87** (CINQUENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

7.2. O valor estimado é decorrente da Contratação direta nº 1158/2024, conforme consta em documento em anexo.

7.3. Estaremos optando por adotar a média de preços tendo em vista estabelecerem boas práticas que evitem a remarcação de certames frustrados diante da ausência de empresas interessadas em participar, tendo em vista a não atratividade dos preços estimados. Não podemos correr o risco de a licitação dar deserta, tendo em vista a falta do material no almoxarifado. Sendo assim, optando pela média o valor pode ampliar a concorrência do certame.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A contratação de empresa especializada para a aquisição de 23 aparelhos de ar-condicionado justifica-se pela busca contínua pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa iniciativa demonstra preocupação em proporcionar o conforto térmico necessário para os colaboradores, visando aperfeiçoar as condições de trabalho e, consequentemente, o desempenho das atividades realizadas pelos servidores.

SALAS	CAPACIDADE BTU/H NECESSÁRIA
HELÔ - INTERIOR	12.000 BTU'S
COSME - RH	12.000 BTU'S

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

SALAS	CAPACIDADE BTU/H NECESSÁRIA
MONICA - COMUNICAÇÃO	12.000 BTU'S
RECEPÇÃO	12.000 BTU'S
PATRIMONIO	12.000 BTU'S
LICITAÇÃO	12.000 BTU'S
REUNIAO 01	24.000 BTU'S
REUNIÃO 02	30.000 BTU'S
RODRIGO - SECRETÁRIO	24.000 BTU'S
CAMILA - ADMINISTRATIVO	12.000 BTU'S
BRUNO - OUVIDORIA	12.000 BTU'S
FERNANDA - COMBUSTÍVEL	12.000 BTU'S
RECEPÇÃO E ADM - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	30.000 BTU'S
ALMOXARIFADO	24.000 BTU'S
REFEITÓRIO	2x 48.000 BTU'S
ROSANE- ARBORIZAÇÃO	12.000 BTU'S
SR. LUIZ - CONTROLE PROCESSOS	12.000 BTU'S
CLAUDIO - APOIO LICITAÇÃO	12.000 BTU'S
ARQUIVO - LICITAÇÃO	12.000 BTU'S
CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	12.000 BTU'S
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA	12.000 BTU'S
CPD	12.000 BTU'S

8.2. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO

8.2.1. O total do objeto empenhado deverá ser entregue de uma única vez no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da nota de empenho, de acordo com o especificado no Contrato e Ordem de Fornecimento.

8.2.2. As entregas deverão ser realizadas conforme o horário comercial da CONTRATADA: 08:00 às 17:00 horas (horário de Brasília - DF), entregas e/ou instalações. Prazo para início das instalações: Após o recebimento definitivo do bem, o fiscal emitirá uma autorização formal de instalação, que será enviada ao e-mail do responsável designado previamente pela CONTRATADA.

8.2.3. O dia e hora da retirada dos bens para instalação, cronograma de instalação, bem como das entregas dos aparelhos adquiridos deve ser agendado com antecedência mínima de 24h junto à Coordenadoria de Licitações da CONTRATADA por meio do e-mail: deservicospublicos@gmail.com, para que seja providenciada equipe de acompanhamento e/ou liberação formada por funcionários da CONTRATADA. Vale ressaltar que o e-mail deve ter seu recebimento confirmado por esta Coordenadoria.

a) O total do objeto/EQUIPAMENTO empenhado deverá ser entregue de uma única vez no prazo de até 10 (dez) dias, de acordo com o especificado no Contrato e Ordem de Fornecimento. As entregas deverão ser realizadas conforme o horário comercial da CONTRATADA: 08:00 as 17:00 horas (horário de Brasília - DF).

b) Prazo para início das instalações: Após o recebimento definitivo do bem, o fiscal emitirá uma autorização formal de instalação, que será enviada ao e-mail do responsável designado previamente pela CONTRATADA. Após o recebimento do e-mail a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para dar início a instalação.

c) O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias. Em sendo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

detectado vícios ou defeitos, o contratado será notificado para corrigi-los no prazo de até 15 (quinze) dias. A notificação suspenderá o prazo de recebimento, passando a contar a partir da nova entrega do objeto. A notificação a contratada sobre vícios ou defeitos será realizada pela contratante responsável pelo recebimento do bem.

8.2.4. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES DA CONTRATADA

- a) Responder as notificações no prazo estabelecido;
- b) Efetuar a entrega do objeto e a instalação, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada para todas as regiões do país;
- d) A Contratada deve comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega e/ou da instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado e produto fornecido, arcando com eventuais encargos decorrentes do descumprimento dessa obrigação e ainda oferecer garantia para os produtos em que se verifiquem defeitos, vícios ou que estejam danificados;
- f) O material utilizado na confecção do objeto em tela deve ser de concepção moderna, de primeiro uso, em linha de fabricação e da melhor qualidade, devendo atender rigorosamente as especificações técnicas exigidas neste documento;
- g) Atender aos preceitos legais em vigor, observando no que couber, dentre estes, o Código de Defesa do Consumidor, Normas da ABNT e INMETRO;
- h) A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e de 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e/ou as demais legislações que a complementem ou substitua);
- i) Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão Gerenciador e aos órgãos Parceiros;
- j) Manter, durante toda a vigência do contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Remover, corrigir, reparar e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto licitado em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- l) Comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- m) Todas as despesas de fretes, seguros, testes, ensaios, instalações e demais despesas que recaiam sobre os produtos, enviados para substituição serão suportados pelo adjudicatário;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- n) Oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens de fornecimento (ar condicionados e cortinas de ar), contados a partir da data do recebimento definitivo e de 03 (três) meses para o serviço de instalação, contados a partir da finalização do serviço e posterior aprovação dos fiscais da ARP;
- o) A Assistência Técnica durante todo o período de garantia deverá ser realizada no recinto da CONTRATADA, salvo apenas quando a execução do serviço comprovadamente exigir remover o equipamento para o laboratório da responsável pela assistência técnica, por sua conta e risco, sendo responsável inclusive pela instalação do equipamento quando do retorno do mesmo(s), o que deverá ocorrer sem ônus para a CONTRATANTE mediante autorização escrita fornecida pela CONTRATADA;
- p) Quando a assistência técnica for prestada por uma empresa terceirizada pelo adjudicatário, esta última terá responsabilidade solidária por todos os atos praticados pela empresa indicada, inclusive, quanto a não atendimento das solicitações da CONTRATADA.
- q) O não cumprimento das condições estabelecidas neste documento acarretará em sanções administrativas ou "PENALIDADES";
- r) É vedada a subcontratação parcial do objeto deste Estudo Técnico Preliminar que seja superior a 30% conforme legislação vigente.
- s) Deve ser informada descrição do objeto, contendo as informações similares a especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso. Além de marca, modelo e todas as especificações do objeto.

8.2.5. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES DA CONTRATANTE

- a) Receber o objeto e acompanhar/conferir a instalação no prazo e condições estabelecidas neste ETP;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, o material/serviço que a Licitante Vencedora entregar fora das especificações contidas neste Termo de Referência;
- c) Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) No momento do recebimento dos materiais, averiguar se as quantidades e qualidades exigidas neste Termo de Referência estão sendo atendidas;
- e) Após conferência dos materiais entregues, averiguar quanto ao atendimento das exigências e posteriormente atestar as notas fiscais do fornecedor;
- f) Exercer o acompanhamento e a fiscalização da ata, de modo a garantir o fiel cumprimento da mesma, do instrumento convocatório da licitação e da proposta;
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

8.3 Só será admitida a oferta de condicionador de ar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC e tratada da etiquetagem compulsória.

8.4. FORNECIMENTO

8.4.1. O fornecimento por parte da empresa/fornecedor deverá ser efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho. O equipamento permanente deve ser entregue devidamente montado e/ou instalado na unidade e local indicado pela contratante neste.

8.4.2. No recebimento e aceitação do objeto deste pedido serão observadas, no que couberem, as disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal 14.133/2021.

8.4.3. Todo(s) o(s) produto(s) adjudicado(s) à(s) licitante(s) vencedora(s) deverão ser entregues acompanhados de:

8.4.4. Certificado de Registro do(s) produto(s) emitido(s) por Órgão competente (INMETRO), quando couber;

8.4.5. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em embalagem apropriada para seu transporte e protegidos contra impactos.

8.4.6. Fica definido que a entrega deve ser agendada, impreterivelmente com antecedência de 5 dias úteis, junto à Coordenaria de Licitações da Secretaria de Serviços Públicos de Macaé por meio do e-mail: deservicospublicos@gmail.com.

8.4.7. Os itens deverão ser entregues de forma integral no endereço informado pela Coordenaria de Licitações, indicado na Ordem de Fornecimento.

8.4.8. A fiscalização caberá à equipe de fiscalização do contrato, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício, incluindo a verificação das qualidades dos produtos fornecidos, e aplicação das penalidades previstas em caso de necessidade.

8.4.9. Após o recebimento do equipamento / material permanente pela equipe de fiscalização deve ser dado conhecimento à coordenação do patrimônio, para que realize o correto registro patrimonial a fim de guardar paridade com o setor contábil.

8.5. GARANTIA

8.5.1. A partir da data do recebimento e do parecer de conformidade do(s) equipamentos e/ou materiais entrará em vigor, pelo prazo de 12 (DOZE) meses consecutivos a garantia do(s) equipamentos e/ou materiais fornecido(s) pela Contratada, bem como, a realização de todas manutenções preventivas com substituição de peças e acessórios conforme programação definida no Manual do Fabricante.

8.5.1.1. O prazo de garantia dos serviços de instalação dos aparelhos, deverá ser de 03 (três) meses, a partir do recebimento definitivo do serviço.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

8.5.2. A Contratada deverá efetuar quaisquer reparos com assistência técnica no local de entrega, sem ônus para a CONTRATADA, no(s) equipamentos e/ou materiais fornecido(s) e dentro do prazo de garantia, de eventuais anormalidades decorrentes de defeitos de fabricação, devendo iniciar os serviços de reparos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicado.

8.5.3. Constatado o defeito, e sendo este inerente a Contratada, e ainda, que não possa ser solucionado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após o início do atendimento, a Contratada se responsabilizará pela substituição imediata, de forma provisória, por outro de modelo similar e com tecnologia igual ou superior, até que o equipamento defeituoso e de propriedade da CONTRATADA retorne em perfeita condição de uso, sem ônus adicionais. O prazo de retorno não poderá exceder a mais de 60(sessenta) dias, salvo, em justificativas fundamentadas, acompanhado do devido Plano de Ação e cronológico a ser apresentado pela Contratada, devendo ser analisado e aprovado pela CONTRATADA.

8.5.4. Em caso de inviabilidade de conserto, a Contratada deverá substituir, de forma definitiva, o equipamento, por outro sem uso (novo), e que atenda as especificações técnicas definidas neste documento, podendo ser igual ou superior.

8.6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.6.1. Quanto à qualificação técnica profissional e qualificação técnica operacional, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, será exigido do licitante o seguinte:

8.6.1.1. Atestado de Capacidade Técnica - operacional expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando execução de serviços de instalação de aparelhos e/ou sistemas de climatização, com no mínimo 50% do quantitativo de serviços previstos nesta solicitação, que comprovem aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto disposto no Termo de Referência.

8.6.1.2. Registro de inscrição na entidade competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – RJ), em conformidade com inciso I do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6.1.3. Comprovação de possuir profissionais de nível superior, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que conste na Certidão de Registro do CREA como Responsável Técnico da licitante, necessários ao objeto do certame: profissionais de Engenharia Mecânica, Engenheiro Elétrico, juntando-se comprovação de inscrição dos profissionais nos respectivos conselhos, apresentando os documentos de habilitação.

8.6.1.4. Apresentar na habilitação declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do responsável técnico pela execução do serviço, assinada por todos os indicados pelo representante legal da licitante.

8.6.1.5. O atendimento da exigência constante no subitem acima dar-se-á por intermédio do Contrato Social, se sócio, da Carteira de Trabalho ou ficha de Registro de empregado, se empregado ou contrato de prestação de serviço.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

8.6.1.6. As licitantes deverão apresentar ficha, catálogo e/ou similar ilustrativos do(s) produto(s) ofertado(s), contendo todas as informações técnicas e comprobatórias das especificações técnicas definidas neste pedido referente ao(s) respectivo(s) equipamento(s) solicitado(s). Os catálogos e/ou fichas técnicas poderão ser apresentados em forma de mídia impressa ou em formato digital colorido do(s) equipamento(s) oferecido(s), devendo conter elemento que comprovem conformidade com as descrições definidas neste pedido, com a indicação dos itens a que correspondem para que haja celeridade na conferência.

8.6.1.7. Tendo em vista a complexidade das especificações técnicas deverá ser procedida, depois de declarada a licitante vencedora, à análise da(s) marca(s)/modelo(s) ofertado(s), com referência à compatibilidade técnica e às especificações constantes neste pedido, a ser realizada por profissionais técnicos da CONTRATADA, e sendo emitido(s) o(s) devido(s) Parecer(es) de classificação e/ou desclassificação devidamente fundamentado(s).

8.7. DA CARACTERIZAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO

8.7.1. A contratação de aparelhos de ar condicionado em caráter de fornecimento contínuo, conforme os dispositivos previstos nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, pode ser justificada por diversas razões, proporcionando benefícios tanto para a Administração Pública quanto para a eficácia dos serviços prestados, abaixo segue pontos de atenção da Administração, que podem subsidiar tal necessidade.

8.7.1.1. **Manutenção de Ambientes Adequados:** Os aparelhos de ar condicionado desempenham um papel fundamental na manutenção de ambientes internos adequados em diversas instalações públicas. Garantir um ambiente com temperatura e umidade controladas é essencial para o bem-estar, saúde e produtividade dos ocupantes desses espaços.

8.7.1.2. **Padronização e Simplificação da Gestão:** Ao estabelecer contratos de fornecimento contínuo para aparelhos de ar condicionado, a Administração Pública pode padronizar os modelos e especificações dos equipamentos em todas as suas instalações, simplificando assim a gestão e manutenção dos sistemas de climatização. Isso facilita o planejamento estratégico, o controle de inventário e a coordenação das atividades de manutenção em larga escala.

8.7.1.3. **Necessidade de Substituição e Atualização:** Os equipamentos de ar condicionado têm uma vida útil limitada e estão sujeitos a desgaste ao longo do tempo. Portanto, a substituição e a atualização periódica desses aparelhos são necessárias para garantir seu desempenho eficiente e a segurança das instalações. A contratação de fornecimento contínuo permite que a Administração Pública mantenha seus ambientes equipados com aparelhos modernos e eficientes, atendendo às necessidades em constante evolução.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. DAS FORMAS DE ADJUDICAÇÃO

9.1.1. A decisão de como adjudicar a aquisição de aparelhos de ar condicionado e os serviços de instalação é crucial para o sucesso do processo licitatório e a eficácia na implementação do projeto. Neste estudo, analisaremos as vantagens e desvantagens técnicas da adjudicação por lote em comparação com a adjudicação por item, com ênfase na mitigação do risco de fracasso ou desinteresse (deserto) de algum item.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

9.1.1.1. Licitação por Item:

Na adjudicação por item, cada componente do projeto (aparelhos de ar condicionado e serviços de instalação) é licitado separadamente. Esta abordagem apresenta as seguintes características:

Vantagens:

Especificação Detalhada: Cada item pode ser especificado detalhadamente, permitindo uma seleção mais precisa de fornecedores e serviços.

Flexibilidade na Escolha: Os licitantes podem oferecer propostas para itens específicos, o que pode resultar em uma competição mais acirrada e melhores preços para cada componente.

Desvantagens:

Complexidade Administrativa: Gerenciar múltiplos contratos e fornecedores aumenta a complexidade administrativa e a carga de trabalho para a equipe responsável pela supervisão do projeto.

Risco de Despadronização do Serviço: A adjudicação por item, pode trazer alguma discrepância técnica entre os serviços prestados e equipamentos ofertados, fazendo que possa ocorrer de alguma forma a despadroneização dos serviços e equipamentos.

Risco de Fragmentação: A fragmentação dos contratos pode dificultar a coordenação e integração dos serviços, aumentando o risco de problemas durante a execução do projeto.

9.1.1.2. Licitação por Lote:

Na adjudicação por lote, os aparelhos de ar condicionado e os serviços de instalação são agrupados em um único pacote. Esta abordagem oferece várias vantagens técnicas, com destaque para a mitigação do risco de fracasso ou desinteresse (deserto) de algum item:

Vantagens:

Simplificação da Gestão: Consolidar os requisitos em um único lote simplifica a gestão do processo licitatório e dos contratos subsequentes, reduzindo a carga administrativa e os custos associados.

Coordenação Eficiente: Ao selecionar um único fornecedor para fornecer todos os itens, facilita-se a coordenação das atividades e reduzem-se os riscos de conflitos entre diferentes fornecedores.

Economia de Escala: Ao adquirir os aparelhos e os serviços de instalação em conjunto, a Administração Pública pode obter economias de escala, resultando em redução de custos. A compra em grande volume pode possibilitar negociações mais vantajosas com os fornecedores, garantindo preços mais competitivos.

Simplificação e Eficiência do Processo: Consolidar a aquisição dos aparelhos e a instalação em um único contrato simplifica e agiliza o processo de compra. Isso reduz a burocracia e o tempo necessário para conduzir múltiplas licitações e contratos separados, aumentando a eficiência administrativa.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

Facilitação da Manutenção e Suporte Técnico: Ao consolidar a aquisição e a instalação, a Administração Pública facilita a coordenação dos serviços de manutenção e suporte técnico necessários para os aparelhos. Isso simplifica a responsabilidade de garantir a funcionalidade contínua dos equipamentos, minimizando possíveis conflitos entre diferentes fornecedores.

Conclusão:

Embora a adjudicação por item possa oferecer maior flexibilidade na escolha de fornecedores e serviços, a adjudicação por lote apresenta vantagens técnicas significativas, especialmente no que diz respeito à simplificação da gestão, coordenação eficiente e mitigação de riscos de fracasso ou desinteresse de participação em algum item isolado. Ao agrupar os itens em um único contrato, é possível garantir uma execução mais eficaz e padronizada do projeto e reduzir os riscos de problemas durante a implementação. Portanto, recomenda-se a adoção da adjudicação por lote como a melhor opção para este processo licitatório.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os benefícios diretos pretendidos com a contratação são:

10.1.1. Em termos de economicidade:

Redução de custos operacionais: A aquisição de equipamentos em nível municipal pode reduzir os custos administrativos relacionados ao processo de compra, como licitações, contratos e gestão de fornecedores, uma vez que esses processos podem ser mais simples e centralizados em comparação com unidades de saúde independentes.

Adequação às necessidades locais: Compras descentralizadas podem permitir que o município adquira equipamentos que atendam às necessidades específicas da população local, garantindo que os recursos sejam direcionados para áreas prioritárias de atendimento.

Durabilidade e Confiabilidade: Embora o custo inicial possa ser mais alto para equipamentos modernos, muitas vezes eles oferecem uma vida útil mais longa e são mais confiáveis. Isso reduz os custos de substituição e manutenção em longo prazo.

10.1.2: **Em termos de eficiência:**

Eficiência Energética: Os equipamentos de ar condicionado modernos são projetados para serem mais eficientes em termos energéticos. Eles geralmente incorporam tecnologias avançadas, como motores e compressores mais eficientes, sistemas de controle inteligentes e materiais de isolamento térmico de alta qualidade. Isso pode resultar em menor consumo de energia e, conseqüentemente, em custos operacionais mais baixos.

Manutenção Preventiva: Os sistemas modernos muitas vezes têm recursos de diagnóstico avançados que ajudam na identificação rápida de problemas. Isso permite a realização de manutenção preventiva antes que ocorram falhas significativas, reduzindo o tempo de inatividade e aumentando a eficiência operacional.

Redução do Impacto Ambiental: Equipamentos mais modernos geralmente são projetados com considerações ambientais em mente. Eles podem usar refrigerantes mais ecológicos e incorporar tecnologias que minimizam o impacto ambiental. A conformidade com regulamentações ambientais pode ser mais fácil de ser alcançada com equipamentos mais recentes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Antes da aquisição dos equipamentos é pertinente que a coordenação dos serviços a serem contemplados se certifique de que existe processo de manutenção em vigência ou em tramitação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não existem contratações em processos distintos em andamento que se relacionam para o atendimento da mesma finalidade.

13. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. Podem existir eventuais riscos ambientais em decorrência da aquisição dos equipamentos eletroeletrônicos, como segue:

13.1.1. A fabricação e produção dos componentes dos equipamentos podem gerar uma pegada de carbono significativa, especialmente se envolver processos industriais intensivos em energia e recursos. Isso inclui a extração de metais e minerais, a produção de plásticos.

13.1.2. O transporte dos equipamentos, tanto durante a fabricação quanto na distribuição para unidades de saúde, pode gerar emissões de poluentes atmosféricos e contribuir para o tráfego rodoviário, que pode ser um risco ambiental em termos de qualidade do ar e congestionamento.

13.2. As ações de prevenção e contingência para afastar ou tratar os riscos podem ser elencados como segue:

13.2.1. Garantir que os equipamentos sejam descartados de maneira adequada e ambientalmente responsável, seguindo as regulamentações locais de reciclagem e eliminação de resíduos.

13.2.2. Priorizar equipamentos médicos ou não que sejam energeticamente eficientes para reduzir o consumo de energia durante o uso.

13.2.3. Ao adquirir novos equipamentos, considerar as práticas de fabricação e os materiais utilizados, dando preferência a produtos de empresas que adotam medidas sustentáveis.

13.2.4. Realizar manutenção preventiva regular para prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

13.2.5. Quando possível, reciclar componentes ou peças dos equipamentos descontinuados.

13.2.6. Educar profissionais de saúde e usuários dos equipamentos sobre a importância da conscientização ambiental e do descarte adequado.

13.2.7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL A SEREM ADOTADOS

No que couber, solicita-se que a Contratada adote boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, a saber:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- I – Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- II – Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- III – Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- IV – Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de instalação dos
- Deverão ainda ser observados principalmente os aspectos e/ou exigências abaixo assinaladas:
- I - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II - Só será admitida a oferta de aparelhos de refrigeração e ventilação, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituí-lo pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº. 6.938, de 1981, conforme item 2.833-2/00 do Anexo III da Instrução Normativa IBAMA nº. 31, de 03/12/2009;
- III - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- IV - Nos termos do Decreto nº. 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, a exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº. 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000.
- V - Só será admitida a oferta de condicionador de ar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC e tratada da etiquetagem compulsória.
- VI - Os aparelhos em boas condições serão doados à Coordenadoria de Iluminação Pública, que enfrenta dificuldades devido à falta de climatização térmica.

14. CONCLUSÃO

A aquisição nos moldes pretendidos é viável, pois além de estar em consonância com as legislações vigentes pertinentes à Nova Lei de Licitações, atende às necessidades da Secretaria Adjunta de Serviços Públicos, pois traz benefícios ao conforto térmico necessário para os colaboradores, para o desenvolvimento das atividades desempenhadas por servidores, ampliar o parque tecnológico de equipamentos de climatização desta secretaria culminará com a otimização do cuidado os servidores. Considerando que o município já possui Capacidade técnica instalada para suportar o acréscimo dos equipamentos decorrentes dessa aquisição.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a fornecer o objeto deste edital, conforme discriminado no **Termo de Referência – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ - _____ Fax: (____) _____ - _____

E-mail: _____

CNPJ: _____._____._____/_____-____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - COTA RESERVA)

Art. 48, I ou III da Lei Complementar nº 123/2006

LOTE 01									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1	440744	APARELHO DE AR-CONDICIONADO SPLIT INVERTER - 12.000 BTU/H; TECNOLOGIA: INVERTER; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU/H (DOZE MIL BTU/H); FLUXO DE AR: 526 M³/H; TENSÃO: 220V, 50/60 HZ, 6,40º; TIPO: SPLIT; MODELO: SPLIT INVERTER; CONTROLE REMOTO: DIGITAL SEM FIO; COMPRESSOR: ROTATIVO; CICLO: FRIO; SERPENTINA: COBRE; GÁS REFRIGERANTE: ECOLÓGICO (SEM EMISSÃO DE CFCS - CLOROFLUOROCARBONOS); INCLUSO NO PRODUTO:01 UNIDADE CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA); 01 UNIDADE EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA); COR: BRANCO; ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE): EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A" (INMETRO); PRODUTO: NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE.; ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR: CONFORME DEFINIDO NO SUBITEM 4.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DO TERMO DEFINITIVO. OBSERVAÇÕES: O APARELHO DEVE SER NOVO , SEM USO, SEM REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND	16	R\$ 2.449,13	R\$ 39.186,08			

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 01									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
2	2020	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL (220V), CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTU/H. QUANTIDADE MÍNIMA DE MATERIAIS E DIMENSÕES DOS PRODUTOS A SEREM UTILIZADOS NAS INSTALAÇÕES: 5,00 METROS - TUBO DE COBRE FLEXÍVEL 1/4" JÁ FLANGEADO; 5,00 METROS - TUBO DE COBRE FLEXÍVEL 1/2" JÁ FLANGEADO; 2 PORCAS DE 1/4" EM LATÃO; 2 PORCAS DE 1/2" EM LATÃO; 5,00 METROS - ISOLAMENTO TÉRMICO BLINDADO 1/4"; 5,00 METROS - ISOLAMENTO TÉRMICO BLINDADO 1/2"; 7,40 METROS - CABO PP FLEXÍVEL 4X2,5MM²; 20,00 METROS - FITA DE PVC BRANCA; 4 PARAFUSOS Nº 6 PHILIPS PARA A FIXAÇÃO DA EVAPORADORA; 4 BUCHAS Nº 6 PARA A FIXAÇÃO DA EVAPORADORA; 1 ACABAMENTO DE PAREDE Ø55MM; 200G - MASSA DE CALAFETAR; 1 PAR DE SUPORTE 450MM (COMPATÍVEL COM CONDENSADORA, REDONDA E RETANGULAR); 6 PARAFUSOS Nº 10 SEXTAVADOS PARA A FIXAÇÃO DO SUPORTE; 6 BUCHAS Nº 10 FU PARA A FIXAÇÃO DO SUPORTE; 5,00 METROS - MANGUEIRA CRISTAL 1/2" PARA DRENO. OBSERVAÇÕES: O APARELHO DEVE SER NOVO , SEM USO, SEM REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	16	R\$ 773,13	R\$ 12.370,08			---

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 02									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
3	440747	APARELHO DE AR CONDICIONADO - SPLIT INVERTER; CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 24.000 BTU; TENSÃO: 220V; TIPO: SPLIT; MODELO: SPLIT INVERTER; COR: BRANCO; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:; CICLO: FRIO; CONTROLE REMOTO: SIM, COM DISPLAY DIGITAL; FUNÇÕES ADICIONAIS: DISPLAY DE TEMPERATURA DIGITAL, TIMER DIGITAL DE 24 HORAS, FUNÇÃO SWING; SISTEMA: R410; ENTRADA SUPERIOR DE AR; FILTRO DE AR: CARVÃO ATIVADO; CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO: A (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA); GARANTIA: MÍNIMO DE 1 ANO (A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DO TERMO DEFINITIVO); CERTIFICAÇÃO: INMETRO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SELO PROCEL; OBSERVAÇÕES: O APARELHO DEVE SER NOVO, SEM USO, SEM REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, E EM LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND	3	R\$ 4.476,97	R\$ 13.430,91			



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 02									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
4	2020	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT TIPO: HIGH-WALL OU PISO/TETO, CONVENCIONAL OU INVERTER; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: ATÉ 24.000 BTU/H; COR: BRANCO; TENSÃO: 220V DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: A INSTALAÇÃO SERÁ REALIZADA COM TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO APARELHO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE E OS PADRÕES DE SEGURANÇA. OS PRINCIPAIS COMPONENTES PARA A INSTALAÇÃO INCLUEM:TUBO DE COBRE FLEXÍVEL PARA A CONEXÃO ENTRE A UNIDADE INTERNA E A UNIDADE EXTERNA. TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO PARA ISOLAMENTO; FITA ALUMINIZADA PARA REFRIGERAÇÃO; TUBULAÇÃO DE PVC PARA DRENO; CABO DE ENERGIA PP, DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE; PARAFUSOS, BUCHAS, CONECTORES E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO DOS COMPONENTES; SUPORTE ADEQUADO PARA A INSTALAÇÃO DO APARELHO (UNIDADE INTERNA E EXTERNA). TODOS OS MATERIAIS UTILIZADOS SÃO DE ALTA QUALIDADE E ATENDEM ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO É REALIZADO POR PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E INCLUI O TRANSPORTE INTERNO ATÉ O LOCAL DE INSTALAÇÃO. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	3	R\$ 845,41	R\$ 2.536,23			---

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 03									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
5	463213	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER – 30.000 BTU; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 30.000 BTU/H; TENSÃO: 220V; TIPO: SPLIT; MODELO: SPLIT INVERTER; COR: BRANCO; CICLO: FRIO; SISTEMA DE GÁS: R410; CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO: A (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA); GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLE REMOTO S/FIO; DISPLAY DIGITAL; TIMER DIGITAL (24 HORAS); FUNÇÃO SWING; FILTRO DE AR DE CARVÃO ATIVADO; ENTRADA SUPERIOR DE AR; TECNOLOGIA INVERTER PARA MAIOR ECONOMIA DE ENERGIA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: REFRIGERAÇÃO: 30.000 BTU/H; FUNÇÃO: FRIO; DISPLAY E TEMPERATURA DIGITAL; CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO; GÁS REFRIGERANTE: R410; MODELO HI-WALL (INSTALAÇÃO NA PAREDE); CERTIFICADO PELO INMETRO. IMPORTANTE: O PRODUTO SERÁ NOVO, SEM USO, SEM RECONDICIONAMENTO OU REFORÇAMENTO E EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. O CONTRATANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR O PONTO ELÉTRICO PRÓXIMO AO LOCAL DE INSTALAÇÃO. GARANTIA: O APARELHO TEM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, CONFORME DEFINIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA.	UND	2	R\$ 6.728,12	R\$ 13.456,24			

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 03									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
6	2020	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HIGH-WALL OU PISO-TETO; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: DE 30.000 ATÉ 60.000 BTU/H; TENSÃO: 220V; DISTÂNCIA ENTRE UNIDADES: DE 3,51 METROS ATÉ 6 METROS; FIXAÇÃO: SUPORTE MÃO FRANCESA DE FIBRA DE VIDRO, COR BRANCA; INSTALAÇÃO COM: TUBO DE COBRE FLEXÍVEL (1/4" E 1/2"); TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO (FLEXÍVEL); FITA ALUMINIZADA PARA REFRIGERAÇÃO; PARAFUSOS, BUCHAS, CONECTORES E ARRUELAS PARA FIXAÇÃO; TUBULAÇÃO DE PVC PARA DRENO; CABO DE ENERGIA PP CONFORME RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE. MATERIAIS E PROCEDIMENTO DE INSTALAÇÃO: O AR CONDICIONADO SERÁ INSTALADO CONFORME AS ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE, GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA E A SEGURANÇA. TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO, COMO PARAFUSOS, BUCHAS, CONECTORES, ARRUELAS, E OUTROS COMPONENTES, SERÃO FORNECIDOS E UTILIZADOS PARA A INSTALAÇÃO COMPLETA DO EQUIPAMENTO. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	2	R\$ 1.183,62	R\$ 2.367,24			---



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 04									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
7	448819	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 48.000 BTU (TRIFÁSICO) CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 48.000 BTU/H; TENSÃO: 220V, TRIFÁSICO; TIPO: SPLIT INVERTER; MODELO: SPLIT INVERTER; COR: BRANCO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLE REMOTO; CICLO QUENTE/FRIO; FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO; FILTRO DE AR COM CARVÃO ATIVADO; FUNÇÃO SWING; DISPLAY DIGITAL E TEMPERATURA DIGITAL; TIMER DIGITAL DE 24 HORAS; ENTRADA SUPERIOR DE AR; SISTEMA R410 (GÁS ECOLÓGICO) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CICLO: FRIO. CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO: “A”; GARANTIA: MÍNIMO DE 1 (UM) ANO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA; CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO PELO INMETRO; PRODUTO: NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO, PRODUZIDO EM LINHA PELO FABRICANTE. OBSERVAÇÕES: O PRODUTO SERÁ ENTREGUE COM 12 MESES DE GARANTIA, A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO. O PRODUTO E SUA INSTALAÇÃO DEVEM SEGUIR TODAS AS NORMAS DO FABRICANTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND	2	R\$ 11.079,49	R\$ 22.158,98			

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

LOTE 04									
ITEM	CATMAT CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
8	2020	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT; TENSÃO: 220V; MODELO: HIGH-WALL OU PISO/TETO, CONVENCIONAL OU INVERTER; CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 30.000 ATÉ 60.000 BTU/H; DISTÂNCIA ENTRE A UNIDADE INTERNA E EXTERNA: DE 6,01M ATÉ 20M; INSTALAÇÃO: SUPORTE: MÃO FRANCESA DE FIBRA DE VIDRO, COR BRANCA; MATERIAIS UTILIZADOS: TUBO DE COBRE FLEXÍVEL: ADEQUADO PARA REFRIGERAÇÃO; TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO E FLEXÍVEL; FITA ALUMINIZADA: PARA ISOLAMENTO TÉRMICO E REFRIGERAÇÃO; PARAFUSOS E BUCHAS: PARA FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA E EXTERNA; CONECTORES E ARRUELAS; TUBULAÇÃO DE PVC: PARA DRENO; CABO DE ENERGIA PP: DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE PARA A INSTALAÇÃO ELÉTRICA; RECOMENDAÇÕES: TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE SERÃO UTILIZADOS, GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA. OBSERVAÇÕES: A INSTALAÇÃO SERÁ REALIZADA DE FORMA A GARANTIR O CORRETO FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DO SISTEMA. TODOS OS PRODUTOS E MATERIAIS SÃO DE ALTA QUALIDADE E SEGUEM AS NORMAS E RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE. GARANTIA DE 3 MESES PARA A INSTALAÇÃO.	UND	2	R\$ 1.479,68	R\$ 2.959,36			--

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado para o lote 01 é R\$ _____ (_____).

1.2. O preço total ofertado para o lote 02 é R\$ _____ (_____).

1.3. O preço total ofertado para o lote 03 é R\$ _____ (_____).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 1.4. O preço total ofertado para o lote 04 é R\$ _____ (_____).
- 1.5. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 022/2025**.
- 1.6. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.7. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 1.8. A(s) licitante(s) vencedor(as) deverá(ão), obrigatoriamente, entregar a totalidade do material quando solicitado no Pedido/Nota de Empenho no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.
- 1.9. Quanto ao serviço de instalação, após o recebimento do e-mail, a CONTRATADA responsável terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para realizar a retirada do(s) equipamento(s) no depósito da Secretaria Executiva de Serviços Públicas e seja dado início ao serviço de instalação, nas unidades elencadas na ordem de fornecimento obedecendo os prazos abaixo elencados.
- 1.10. A entrega deve ser agendada, impreterivelmente com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, junto à Coordenação de Licitações por meio do e-mail: deservicospublicos@gmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

1.11. Prazo para início das instalações: Após o recebimento definitivo do bem, o fiscal emitirá uma autorização formal de instalação, que será enviada ao e-mail do responsável designado previamente pela CONTRATADA. Após o recebimento do e-mail a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para dar início à instalação.

1.12. O agendamento para o serviço e a realização do mesmo deverá se comunicado com no mínimo 5 dias de antecedência, será efetuado de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h, supervisionado pelos fiscais de contrato, essa abordagem visa garantir o controle e a segurança do processo, permitindo que os fiscais acompanhem o serviço e verifiquem a conformidade dos aparelhos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas, facilitando assim a execução dos serviços.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:
CONTA CORRENTE:
AGÊNCIA:

Local e data

Nome da empresa licitante
Responsável legal
assinar e carimbar

Página 81 de 99



Augusto Damasceno Alonso Ferrom
Coordenador Especial de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA
FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACAÉ E A
EMPRESA _____, NA
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL**, que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE MACAÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 29.115.474/0001-60, através da **SECRETARIA _____** neste ato representada por seu/sua Secretário(a) _____, Sr(a). _____, (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, devidamente nomeada através da Portaria nº _____, nos termos do art. 3º, III, da Lei Complementar Municipal nº 187/2011, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____,

neste ato representado pelo procurador, _____, (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador da Carteira de Identidade nº _____, e CPF nº _____, nascido em ____/____/____, residente e domiciliado à Rua _____,

doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo nº 43011/2024, na forma da Nota de Empenho constante dos autos, regendo-se o presente instrumento pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 4.960/2022, do Decreto Municipal nº 026/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando atender as necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos, conforme processo administrativo em 43011/2024.

1.2. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. ____ do processo administrativo em epígrafe.

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O MUNICÍPIO DE MACAÉ, efetuará o pagamento à **CONTRATADA** pelo fornecimento do material efetivamente entregue, no valor de R\$ _____ (_____), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO DE MACAÉ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de Empenho correspondente.

2.3. A Contratada declara que os preços propostos para fornecimento dos materiais em questão levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE MACAÉ, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere o fornecimento dos materiais, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente ao fornecimento do mês anterior (valor do material), ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, na forma da lei;

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender o fornecimento ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada ao fornecimento, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição dos materiais fornecidos;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do fornecimento, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MACAÉ, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE MACAÉ, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO**, programa de trabalho _____, elemento de despesa _____, nota de empenho ____/____, emitida em ____/____/____, vigente para o exercício de _____.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. Considerando a garantia dos equipamentos pelo prazo de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do instrumento contratual será de 13 (treze) meses a contar da data de assinatura.

5.2. A(s) licitante(s) vencedor(as) deverá(ão), obrigatoriamente, entregar a totalidade do material quando solicitado no Pedido/Nota de Empenho no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

5.3. O objeto da contratação será recebido no almoxarifado da Secretaria Executiva de Serviços públicos, situado na Rodovia Christino José da Silva Junior S/N - Virgem Santa - Macaé RJ, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 07h às 17h, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

5.4. Quanto ao serviço de instalação, após o recebimento do e-mail, a CONTRATADA responsável terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para realizar a retirada do(s) equipamento(s) no depósito da Secretaria Executiva de Serviços Públicas e seja dado início ao serviço de instalação, nas unidades elencadas na ordem de fornecimento obedecendo os prazos abaixo elencados.

5.5. Ficamos definidos que a entrega deve ser agendada, impreterivelmente com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, junto à Coordenação de Licitações por meio do e-mail: deservicospublicos@gmail.com.

5.6. Prazo para início das instalações: Após o recebimento definitivo do bem, o fiscal emitirá uma autorização formal de instalação, que será enviada ao e-mail do responsável designado previamente pela CONTRATADA. Após o recebimento do e-mail a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para dar início à instalação.

5.7. O agendamento para o serviço e a realização do mesmo deverá ser comunicado com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, será efetuado de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h, supervisionado pelos fiscais de contrato, essa abordagem visa garantir o controle e a segurança do processo, permitindo que os fiscais acompanhem o serviço e verifiquem a conformidade dos aparelhos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas, facilitando assim a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços dos contratos que vierem a ser pactuados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01(um) ano, a contar da data orçamento estimado (04/02/2025), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigo 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Entregar o material, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Edital e seus anexos e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações.

7.2. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.3. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato.

7.7. Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas, cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

7.8. Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

7.9. Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria produtos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

7.10. Não utilizar o nome do Contratante em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

7.11. Não se pronunciar em nome do Contratante a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

7.12. Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

7.13. Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

7.16. Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Contratante, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato ao Contratante o valor do prejuízo acarretado.

7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério de o Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.19. Requerer a exclusão do Contratante de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes no Edital e seus anexos.

7.22. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.24. A licitante deve cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do fornecimento correspondente.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste contrato.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar o fornecimento ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DO OBJETO

9.1. O prazo de garantia dos materiais deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do MUNICÍPIO especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

10.1.1. Gestor do Contrato: _____ Matrícula nº _____, designado pela Portaria nº _____.

10.1.2. Comissão de Fiscalização: _____ Matrícula nº _____; designados por intermédio da Portaria nº _____.

10.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

10.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

10.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

10.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

10.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

10.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

10.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

10.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

10.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

10.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

10.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

10.3.1. Acompanhar os prazos de entrega, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;

10.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, mediante termo detalhado;

10.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;

10.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

10.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

10.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

10.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições;

10.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

10.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;

10.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

10.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;

10.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos para a perfeita execução do objeto;

10.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

10.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

10.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;

10.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

10.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

10.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;

10.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

10.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato;

10.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.

11.3.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 088/2023, incorre nas penalidades descritas no subitem 11.2.4, cumulada com o subitem 11.2.2, a licitante que praticar as seguintes condutas:

11.3.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.3.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

- 11.3.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.3.1.4. Não manter a proposta, salva em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.3.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 11.5. As sanções previstas nos subitens **11.2.3** e **11.2.4** implicarão no descredenciamento do fornecedor no SICAF.
- 11.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.7. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 11.8. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.
- 12.2. No ato da rescisão contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.
- 12.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.
- 12.4. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos materiais fornecidos.
- 12.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Considerando a manifestação da Autoridade Superior do Órgão solicitante no **subitem 18.2 do Termo de Referência**, não será exigido nenhum tipo de garantia visando celeridade administrativa, porém, não isentam as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas no Termo de Referência e todas as documentações inseridas no Processo Administrativo nº 43011/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

14.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o serviço objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO DE MACAÉ procederá conforme a seguir:

14.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela **Contratada** do ônus decorrente;

14.2.2. Na hipótese da **Contratada**, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o **MUNICÍPIO** procederá à revisão do custo indicado na data-base;

14.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

14.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à **Contratada** quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

14.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da **Contratada**, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

15.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO

16.1. O presente Contrato fica vinculado ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

17.1. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

17.2. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS FORTUÍTO, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

18.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

18.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO USO DE MEIOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

20.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 141/2024, as partes poderão utilizar meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias para dirimir conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis do presente Contrato, quais sejam, a conciliação, a mediação, o compromisso, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

20.2. São considerados direitos patrimoniais disponíveis:

20.2.1. questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

20.2.2. indenizações;

20.2.3. inadimplemento de obrigações contratuais pelas partes;

20.2.4. penalidades contratuais e seu cálculo.

20.3. Não serão submetidas aos meios de prevenção e resolução as controvérsias relacionadas:

20.3.1. a direitos indisponíveis não transacionáveis;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

20.3.2. à natureza e à titularidade públicas de serviços concedidos ou permitidos;

20.3.3. ao poder de fiscalização e de regulação;

20.3.4. à rescisão do contrato.

20.4. A utilização de meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias deve ser preferencial à judicialização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A administração do MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

22.1.1. Para os casos previstos no caput, o MUNICÍPIO poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

22.2. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

22.3. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

22.4. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a **Contratada** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

22.5. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

22.6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

22.7. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL Nº 207/15

23.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

24.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

24.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

24.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

24.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

24.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

25.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Macaé, _____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE MACAÉ
(Secretário Municipal)
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
RL XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

TESTEMUNHAS:

RG. nº
CPF nº

RG nº
CPF nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA-FACULTATIVA

Eu, (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa, inscrita no CNPJ nº, portador(a) do CPF nº, declaro, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas à aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando atender as necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos.

DECLARO, para os devidos fins, que vistoriei todas as dependências dos edifícios onde serão executados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto licitado, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

DECLARO também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, _____ de _____ de 2025.

Representante da Secretaria Executiva de Serviços Públicos

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa

* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

Eu, (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa, inscrita no CNPJ nº, portador(a) do CPF nº, declaro, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas aquisição de aparelhos de ar condicionado com instalação, visando atender as necessidades da Secretaria Executiva de Serviços Públicos.

DECLARO, para os devidos fins, que **NÃO** vistoriei as dependências dos edifícios onde serão prestados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto licitado, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus ANEXOS, e que, ainda assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de minha omissão na verificação das condições do local de execução do objeto.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa esta de acordo com as exigências do Termo de Referência e seus ANEXOS e assim assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direito a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimento quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado, utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.

Preenchimento obrigatório se não for realizada a visita técnica